

Código Florestal, em busca do equilíbrio (EDUARDO BRAGA)

A MAIS IMPORTANTE matéria do Senado Federal neste semestre será a apreciação do projeto de lei que trata do novo Código Florestal Brasileiro, aprovado pela Câmara. Na discussão dessa matéria, três pontos são importantes: primeiro, promover um debate sem conflitos e sem emoções; segundo, perseguir o equilíbrio entre três elementos essenciais: coerência entre as políticas para a produção agrícola, a proteção das florestas e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas; terceiro, é necessário agregar mais uma contribuição a esse debate: o olhar da ciência.

Cientistas e universidades estão abertos para compartilhar o conhecimento, conforme declarações públicas da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Para além dos interesses dos ruralistas e ambientalistas, o novo Código Florestal deve traduzir o pensamento de toda a sociedade. Sobre as áreas de preservação permanente (APPs), creio ser importante analisar três situações distintas: as ocupações feitas em tempos remotos; as ocupações incentivadas pelo governo ao longo das últimas décadas sob outras legislações; e as ocupações irregulares feitas após a vigência das atuais leis ambientais, portanto, com o pleno conhecimento dos infratores.

Compartilho das recomendações dos cientistas, que defendem parâmetros diferenciados de segurança entre APPs de áreas urbanas e rurais. O novo Código deve levar em conta a ocupação dos espaços urbanos e normatizar o uso da vegetação ao longo de rios e encostas. Isso será fundamental para que consigamos minimizar e até mesmo evitar as graves consequências de desastres naturais, que têm levado a milhares de perdas humanas e materiais em todo o país, sobretudo em períodos chuvosos.

Considero fundamental, ainda, garantir incentivos para a manutenção das florestas e para a recomposição das áreas desmatadas. As áreas protegidas podem ser transformadas em ganho para os proprietários rurais, a partir do uso de instrumentos econômicos.

Entre eles, o mecanismo Redd+ (Redução de Emissões Causadas por Desmatamento e Degradação Florestal), objeto de proposição que apresentei ao Senado, e o pagamento por serviços ambientais: ambos podem ser utilizados para estimular a recuperação das APPs e das áreas de reserva legal. Esta última é uma iniciativa pioneira, implantada no Amazonas quando tive a oportunidade de governar o Estado.

É indispensável rediscutir também o dispositivo que libera de recomposição as propriedades rurais de até quatro módulos fiscais. Estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada estimou que milhares de hectares de vegetação nativa deixariam de ser recuperadas se mantida a isenção. O Senado terá que buscar o equilíbrio para entregar ao país um Código Florestal moderno e que beneficie toda a sociedade brasileira.

EDUARDO BRAGA é senador pelo PMDB do Amazonas, Estado que governou entre 2003 e 2010. **Folha de São Paulo, agosto de 2011.**

A criação do Dia do Orgulho Hétero incentiva a homofobia? SIM**Tolerar, verbo transitivo (MARCOS ZILLI)**

VINTE E OITO DE JUNHO de 1969. A data marcou o início de uma onda de protestos que varreram as ruas do bairro de Greenwich Village, em Nova York. Protagonizadas pela comunidade gay local, as violentas manifestações expressaram um grito de reação contra as constantes perseguições promovidas pela força policial e pelo poder municipal.

Na verdade, os protestos de Stonewall, como ficaram conhecidos, inseriram-se em um contexto histórico mais amplo, pautado pela efervescência dos mais variados movimentos de afirmação das liberdades civis que percorreram os Estados Unidos naquela época. A expressão "orgulho" ("pride"), estreitamente associada à luta pela conquista da cidadania plena da chamada comunidade LGBT, representa o contraponto do sentimento de "vergonha", que sempre pautou o tratamento opressivo dado à orientação e à identidade sexual diversa do padrão socialmente aceito. Afinal, tais comportamentos evocavam a noção de defeito, de modo que deveriam permanecer ocultos diante do vexame familiar e social que provocavam.

A dignidade humana, como se sabe, é patrimônio que não está restrito a grupos específicos. No entanto, são justamente as minorias que mais se ressentem do exercício pleno de seus direitos, já que as sociedades tendem a ditar o seu ritmo à luz de uma maioria. Fixa-se, então, um padrão comum, e a ele se agrega o qualificativo da normalidade. A situação se agrava quando a minoria não é percebida como uma projeção natural da diversidade e da pluralidade humana, mas como um desvio a ser menosprezado, esquecido ou corrigido.

É nesse momento que se abrem as portas para o exercício diário da intolerância e da violência. A destinação de datas relacionadas com as minorias é apenas uma das ferramentas disponíveis no vasto terreno da luta pela efetividade dos direitos humanos. Em realidade, elas possuem valor meramente simbólico, já que o objetivo é o de chamar a atenção do grupo social em favor de quem é, diariamente, esquecido no exercício de seus direitos. Busca-se promover a conscientização de que a dignidade humana não é monopólio restrito à maioria. Vem daí a consagração dos dias "da Mulher", "da Consciência Negra" e "do Índio".

Nessa perspectiva, a reserva de uma data especial para a celebração do orgulho dos heterossexuais se mostra desnecessária, uma vez que não há discriminação por tal condição. Não são associados à doença ou ao pecado, tampouco são alvo de perseguições no trabalho, nas escolas ou em outros ambientes sociais. A união heterossexual, por sua vez, é totalmente amparada pelo Estado e pelo Direito.

Além disso, a iniciativa legislativa propicia uma leitura perigosa, capaz de desvirtuar a própria dinâmica dos direitos humanos. Com efeito, ao acentuar o vínculo já consolidado entre "orgulho" e o "padrão socialmente aceito", a lei cria dificuldades para que se elimine o estigma da "vergonha" que persegue o movimento oposto. Afinal, vergonha não emerge do que se mostra normal, mas, sim, do que se qualifica como anormal.

Em verdade, a energia criativa do legislador deveria ser canalizada em prol de políticas públicas eficientes para o processo de consolidação da respeitabilidade integral dos direitos humanos. A questão é especialmente urgente em uma cidade onde são recorrentes os atos de violência racial, étnica, religiosa, de gênero e de orientação sexual. Experiências frutíferas poderiam ser alcançadas nos bancos escolares públicos.

Leis que se mostrassem preocupadas com a formação de crianças desprovidas de quaisquer preconceitos já seriam muito bem-vindas. Afinal, na base da educação dos direitos humanos repousa o valor-fonte da tolerância. É chegada a hora de aceitarmos tudo o que não se apresente como espelho.

MARCOS ZILLI é professor de direito processual penal da Faculdade de Direito da USP e coordenador da Coleção Fórum de Direitos Humanos. **Folha de São Paulo, agosto de 2011.**

A criação do Dia do Orgulho Hétero incentiva a homofobia? NÃO

Os intocáveis (CARLOS APOLINARIO)

NÃO É VERDADE que a criação do Dia do Orgulho Hétero incentiva a homofobia. Com a aprovação da lei, meu objetivo foi debater o que é direito e o que é privilégio.

Muitos discordam do casamento gay e da adoção de crianças por homossexuais, mas lutar por isso é direito dos gays. Porém, ao manterem apenas a Parada Gay na avenida Paulista, estamos diante de um privilégio. Com privilégios desse tipo, a sociedade caminha para o endeusamento dos homossexuais.

Parece exagero, mas é disso que se trata quando a militância gay tenta aprovar no Congresso o projeto de lei nº 122, que ameaça a liberdade de imprensa. Se essa lei for aprovada, caso um jornal entreviste alguém que fale contra o casamento gay, poderá ser processado. Os líderes do movimento gay querem colocar o homossexualismo acima do bem e do mal. E mais: se colocam como vítimas de tudo.

Dá até a impressão de que, em todas as ruas do Brasil, tem alguém querendo matar um gay. Dizem que a cada 36 horas um gay é assassinado no país apenas por ser gay. De onde vem essa estatística? De algum órgão público? Com certeza, não. Os números apresentados não têm comprovação; por isso, desconfio de sua veracidade.

O que vem acontecendo é que, quando matam ou agredem um heterossexual, não se faz nenhuma menção sobre a sua condição sexual. Se for um gay, a própria mídia diz: mais um gay foi assassinado, independentemente dos motivos e das circunstâncias do crime. Em fevereiro, seis jovens espancaram um homem perto da Paulista. Na mesma época e na mesma região, quatro jovens agrediram outros três. A repercussão dos casos foi diferente. O primeiro teve pouco destaque. Já a agressão aos jovens é até hoje noticiada como exemplo de intolerância. No primeiro caso, a vítima apanhou por ser nordestina. No segundo, porque foram consideradas homossexuais. São dois pesos e duas medidas. Quase todos os dias, ouço os representantes dos gays dizerem que são discriminados. Confesso que não tenho visto por parte da sociedade essa discriminação contra a figura humana do gay. Pelo contrário.

Vejo nas novelas e na imprensa um tratamento especial dos gays. Na verdade, o que eles chamam de discriminação é a reprovação da sociedade contra os excessos cometidos em público. Alguns se acham no direito de se excederem em público, e ninguém pode falar nada. É o caso de dois gays que se beijaram num restaurante de forma ostensiva: o garçom pediu moderação e, depois, 20 casais gays entraram no estabelecimento e fizeram um "beijão" em protesto. Isso deixa claro que os movimentos gays querem impedir qualquer manifestação contrária a seu comportamento. Podemos, democraticamente, falar mal do casamento hétero e criticar políticos, padres, pastores e igrejas, só não podemos dar opinião sobre o homossexualismo e o comportamento dos gays.

O fato é que a sociedade está acuada diante do ativismo gay. Devemos combater a homofobia, mas não podemos esquecer que tão grave quanto a homofobia é a heterofobia. Esse é o debate que levantei ao aprovar o Dia

do Orgulho Hétero, pois meu objetivo foi protestar contra privilégios e excessos praticados pelos gays.

Sempre respeitarei a figura humana do gay, pois, como cristão, respeito o livre-arbítrio. Mas a sociedade precisa acordar, e não pode aceitar calada que, sob pretexto de buscar direitos, seja criada uma classe especial de pessoas, os intocáveis que hasteiam a bandeira gay e que quebram o mastro da bandeira da democracia.

CARLOS APOLINARIO, vereador em São Paulo pelo DEM, é autor da lei que cria o Dia do Orgulho Heterossexual. Foi deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo e deputado federal. **Folha de São Paulo, agosto de 2011.**

Luiz Nasr (DRAUZIO VARELLA)

SEMANA PASSADA, perdi um amigo querido. Luiz Nasr era um daqueles companheiros de adolescência que ao encontrarmos depois de meses ou anos de separação involuntária, a intimidade se restabelece instantaneamente sem solução de continuidade, como se tivéssemos nos visto na véspera. Desde que recebi a notícia de seu desaparecimento súbito, tenho estado mais introspectivo, suscetível a surtos recorrentes de tristeza que trazem lembranças da imagem dele e das situações que vivemos juntos.

Era uma figura singular. Você dirá: "todos somos". Mas se o tivesse conhecido entenderia o que quero dizer. Havia jogado basquete, media quase dois metros e por onde andava criava um movimento proporcional à estatura; impossível passar despercebido. Jamais vi alguém com tanta facilidade de relacionamento. A timidez natural que aflige os mortais ao entrar em contato com estranhos lhe era desconhecida. Puxava conversa com passageiro de metrô, motorista de táxi, vizinho de apartamento, mendigo de rua, pessoas influentes ou simples, extrovertidas ou retraídas; ficava e deixava à vontade todos em sua volta.

Dava a impressão de que carregava com ele um ambiente portátil, pronto para ser instalado assim que lhe desse na teia: numa festa, num bar, na fila do banco, no caixa do supermercado. Uma vez, numa padaria em Nova York, atrás de nós parou uma senhora com uma cesta de pães. Ele perguntou se ela tinha netos, liberdade inaceitável para os padrões americanos. A senhora olhou arredia. Ele explicou que uma mulher magra e elegante como ela certamente ingeria pouco carboidrato; aqueles pães só poderiam ser para o lanche da família. Em menos de cinco minutos a senhora mostrou as fotos e contou histórias dos três netos que acabavam de chegar da Califórnia. Despediram-se como velhos amigos. Personalidade inquieta, lia tudo que lhe caía nas mãos. Apreendi muito com ele, conhecia cinema, literatura, artes plásticas e pintava muito bem. Ganhei dele um quadro que não canso de olhar, é uma pintura abstrata em que o Rio Negro aparece no meio da floresta colorida, luxuriante, representada com pinceladas longas e gotas de tinta escorridas na vertical.

Luiz morou em Nova York durante muitos anos, onde dirigiu uma agência de publicidade, e ganhou o prêmio Clio. Nesse período, aproveitei para frequentar um dos hospitais da cidade. A cada viagem tomava o cuidado de perguntar se dormir na sala de seu apartamento não o incomodava. Ele respondia que não, considerava aquela uma contribuição para combater o analfabetismo dos médicos brasileiros. Numa época sem internet, era leitor assíduo do caderno de ciência do "New York Times" e de livros de medicina escritos para leigos, desconfio que não apenas por hipocondria, mas para me humilhar com sua cultura em minha área de atuação. Muitas vezes conseguia: foi por um telefonema dele que eu soube dos planos para o lançamento do projeto Genoma, que sequenciou os genes humanos.

Depois de dirigir uma empresa no Panamá, mudou-se para Guaiaquil com a esposa. Minha mulher e eu fomos ao casamento e não os visitamos mais. Ele nos acusava de ingratos: "Em Nova York viviam na minha casa; no Equador, nunca". Eu insistia que se ele voltasse para Nova York seria diferente. Finalmente, neste ano foi possível fazer a tal viagem. Passamos uma semana juntos com nossas mulheres pelo interior do Equador e atravessamos a Cordilheira dos Andes. Conversamos horas consecutivas, bebemos, comemos e demos risada como adolescentes, lembranças que agora me ajudam a lidar com a perspectiva de sua ausência definitiva.

Depois da perda da saúde, a face mais dura do envelhecimento é conviver com o desaparecimento dos personagens que construíram nossa história. Não importa quantos amigos íntimos tenhamos, cada um deles é insubstituível, os que ficam não preenchem o vazio deixado pelo que se ausentou. Alguém já comparou essa situação à de uma floresta em que cada árvore que desaba abre uma clareira. Você poderá dizer que nela nascerão outras. É verdade, mas levarão tempo para crescer; até se tornarem frondosas e acolhedoras, talvez não estejamos mais aqui.

Folha de São Paulo, agosto de 2011.

Corrupção e paralisia (RUBENS BUENO)

ENVOLTO EM CORRUPÇÃO, o governo Dilma Rousseff completa mais de sete meses e crava sua marca de paralisia nos investimentos públicos. Os nomes indicados para o Dnit caem como um dominó de gente cuja ficha não é digna da função pública. O PR não tem dado grandes alegrias nem alternativas de substituição para compor um órgão que não se desfaça à primeira notícia. Cada vez fica mais claro que a presidente tem de escolher: o PR ou a moralidade pública.

Prof. Lucas Rocha

Antes de ter de lidar com os "inadministráveis" dos Transportes, Dilma fez um estágio no escândalo envolvendo o seu então ministro Antonio Palocci. Dilma deixou o país navegar numa crise política com direito a "fechamento" da Câmara dos Deputados, com o objetivo de evitar que a oposição convocasse Palocci para se explicar. Blindados os ministros, não conseguimos o número de assinaturas para instalar uma CPI, como exigiam os fatos. Corrupção... Sem velinhas dedicadas a ela, o bolo de aniversário do primeiro semestre da presidente no poder seria uma farsa.

O país vai lamentando o uso da máquina do governo para interesses privados de empreiteiras, de clientes de um ministro que vale muito no mercado ou de empresas que tomam dinheiro emprestado a taxas subsidiadas no BNDES para obter altos lucros. A instituição precisa voltar a ser um banco voltado ao pequeno empreendedor e deixar de privilegiar o grande capital. Por pouco a inflação não disparou, fugiu do controle e caminhou para um passado de triste memória. A alta nos preços tira o sono da população. Ela preocupa mais do que a violência e a saúde pública, segundo pesquisas.

Outro fator importante foi o endividamento das famílias, que, no mesmo período de 2010, era de 54% e, neste ano, chegou a 64,1%. A inadimplência das empresas cresceu 23% se comparada com igual espaço de tempo do ano anterior. O governo está paralisado em termos de investimentos por causa da ganância desenfreada na última eleição. A marca de gerente competente que Dilma vendeu àquela época acabou por esvaír-se em sua administração.

Com o peso da herança maldita, cuja responsabilidade também lhe cabe, o governo pouco investe. O acompanhamento da execução orçamentária da União dá conta de que apenas 5,06% foram gastos. E não é porque estão faltando problemas a serem solucionados no país. As portas dos hospitais estão cheias, a miséria castiga milhões, o crack destrói os jovens, a insegurança toma as cidades, as estradas são perigosas, dentre tantos assuntos que devem ser prioridade de um governo. Enquanto isso, 55,24% dos recursos destinados a encargos da dívida já foram gastos. Outros 56,6% de amortização também.

O país precisa que a presidente governe, em vez de estar sempre às voltas com os problemas da corrupção ou de sua base no Congresso, da qual não raro é refém. A oposição não deixará de cobrar. Não abrirá mão de fiscalizar os atos do governo. A inação terá tratamento tão duro quanto a corrupção.

RUBENS BUENO, deputado federal (PPS-PR), é o líder do PPS na Câmara dos Deputados. **Folha de São Paulo, agosto de 2011.**

Olho Grego - Pelo voto obrigatório Pt. 01 (RENATO JANINE RIBEITO)



RECENTEMENTE, discuti com jovens estudantes, em Belo Horizonte, o livro que escrevi com Mário Sérgio Cortella, Política: para não ser idiota. Sabemos que hoje se debate a reforma política. Para os partidos, a questão principal é como eleger os deputados. Para os cidadãos, as questões principais são a da fidelidade partidária, que o Judiciário acabou impondo, e a do voto obrigatório ou não. Os jovens a quem falei, tendo na sua maioria entre 17 e 19 anos, racharam pela metade na questão do voto. Dos dois lados, argumentaram bem. Este mês, exponho aqui argumentos a favor do voto obrigatório. Na próxima coluna, defenderei o voto facultativo; quem quiser, escreva para cá, dizendo o que pensa a respeito.

Por que o voto, que é direito, seria também obrigação? Porque é a principal expressão de uma sociedade democrática. A democracia é o regime no qual o cidadão tem mais liberdades. Mas essas liberdades não caem do céu. São construídas por nós. "Nós" quer dizer: todos nós. A democracia é o único regime em que todos são iguais em direitos. Ou seja, todos os eleitores são considerados adultos, maiores de idade. O poder é conferido pelos cidadãos. Por isso, a democracia não admite paternalismo, condescendência, clientelismo. Cidadão é quem participa ativamente da construção da cidade - civitas, pólis - isto é, do Estado. É o contrário do súdito, o subdictus, aquele que está debaixo do dizer alheio. Nas monarquias, despotismos e ditaduras, há alguém que supostamente protege ou cuida dos outros. Já os cidadãos, sendo iguais, não podem ser tutelados. Não podemos ser tratados como crianças. O chefe de governo não é pai da pátria nem dos cidadãos.

Assim, na democracia, temos responsabilidade. Se não quisermos votar por acharmos a política ruim, corrupta, insatisfatória, estaremos errados. Porque a quem posso responsabilizar, se a política é má? Cabe a "nós" mudá-la. Se ela é assim, é porque a deixamos ser assim. Pode até ser que nossa política esteja mal devido a problemas do passado; mas, mesmo assim, o futuro é nossa responsabilidade. Não escolhi o passado político nem pessoal, porque não escolhi nascer rico ou pobre, bonito ou feio; mas depende de mim o que, de agora em diante, farei com isso. Então, se meu país vai mal, cabe a nós mudá-lo para melhor. Daí que votar seja uma obrigação ética. Daí que votar seja apenas um indicador de uma obrigação ética mais abrangente, que é de participar da vida pública o mais possível.

Estas são razões fortes pelo voto obrigatório. Em função delas, pelo menos 20 países obrigam a votar, entre eles, Austrália, Bélgica, Costa Rica, Itália. Na maior parte deles, é verdade que não há punição para quem se abstém. O dever é moral. Mas, como se vê, não é só no Brasil que há o voto obrigatório, e há bons argumentos em seu favor.

Temos também um aspecto prático, pragmático. Em países onde há forte desigualdade social, como nos Estados Unidos, o voto facultativo gera um círculo vicioso. Quem não vota - negros, hispânicos, pobres, semianalfabetos - acaba não sendo representado. Os políticos não têm interesse em defender os interesses dos não eleitores. Assim, esses vão ficando cada vez mais excluídos - e, excluídos, votam ainda menos. É por isso que existe nos EUA um movimento pelo voto obrigatório: ele levaria a uma inclusão social maior dos mais pobres.

Vemos, portanto, razões tanto teóricas quanto práticas para defender a obrigatoriedade do voto, por antipática que seja a uma parte da população. Mas, para equilibrar as coisas, na próxima coluna vamos ver como se justifica o voto facultativo. Não é uma questão de certo ou errado. E, como é um tema candente, vale a pena aprofundar a discussão.



RENATO JANINE RIBEIRO é professor titular de ética e filosofia política na Universidade de São Paulo (USP) www.renatojanine.pro.br. Revista FILOSOFIA, agosto de 2011.

Autorregulamentar a publicidade infantil? (CLÓVIS DE BARROS FILHO)

Será que deveria se dar às agências de propaganda infantil a possibilidade de se autorregulamentarem?



FAÇA PARTE do conselho do Instituto Alana, organização não governamental que analisa as mensagens publicitárias destinadas ao público infantil, bem como seus possíveis efeitos danosos. Como de costume, eles me procuram para ajudá-los a exigir das autoridades regulamentações para as mensagens publicitárias direcionadas aos menores de idade. Nada muito simples de emplacar, afinal, as agências de publicidade

investem pesadamente contra propostas que frustram seus interesses. Uma das justificativas das agências para a não intervenção do Estado na regulamentação do campo publicitário é o seu Conselho de Autorregulamentação Publicitária (Conar).

Na discussão sobre a regulamentação da atividade jornalística, a criação de uma comissão reguladora enfrenta os arautos da liberdade de imprensa. A grande mídia faz uso de sua força para impedir possíveis punições por eventuais desvios de conduta ao noticiar. No caso da publicidade, o discurso do campo parece legitimar a atuação de um mecanismo autorregulatório de sua própria produção. O Conar estaria autorizado pelos publicitários a oferecer uma solução aos problemas éticos da produção publicitária. O Conar decide, caso a caso, sobre o certo e o errado, o aceitável e o inaceitável, o dizível e o indizível nas publicidades. Solução tão estapafúrdia que os jornalistas jamais teriam coragem de propor.

A legitimidade de tal reguladora instituição perante os agentes do campo pode autorizá-la a regulamentar relações e julgar conflitos entre estes agentes. Como os publicitários da Nissan conflitando com os publicitários da Ford. Questões internas, portanto. Mas as questões éticas mais graves envolvendo a prática publicitária não dizem respeito a eventuais conflitos entre publicitários. Porque a publicidade é mensagem que atinge a toda a sociedade. É com o corpo social global que o publicitário se relaciona prioritariamente. Por isso, deixar para os publicitários a prerrogativa da decisão sobre os limites de sua própria atuação - na relação que mantém com a sociedade como um todo - é desrespeitar o princípio da terceridade da justiça. Seria como entregar uma creche aos cuidados de pedófilos, analogia típica de minha formação em Direito. É presumir altruísmo e abnegação incompatíveis com o mundo da técnica, com a lógica do capital e com os rigores da competição no mercado para o qual trabalham.

Por que esse assunto interessa a uma reflexão ética sobre a mídia? Ora, o leitor imagina que os profissionais que trabalham na produção das mensagens por ela veiculadas poderiam agir diferentemente do que fazem. Propor outras mensagens. Escolher outros temas. Justificar um tipo de consumo com bons argumentos. No caso do jornalismo, a aplicação de critérios propriamente jornalísticos permite a conversão de alguns fatos em notícia. No caso da publicidade, a utilização de algumas técnicas criativas consagradas deve seduzir seus receptores.

Mas outros fatos ou técnicas poderiam merecer tal honra se novos critérios fossem adotados. De tal maneira que, se a sociedade conversa sobre assuntos que conversa, discute sobre as questões que discute e, em última instância, interage em torno dos temas que interage é porque esses profissionais agem de certa forma e não diferentemente. Em outras palavras, as escolhas midiáticas produzem consequências importantes na constituição do tecido social, na organização dos espaços de socialização. Devem, assim, ser responsáveis por isso.

A mídia é, portanto, responsável por determinar o agendamento da sociedade, e isso inclui a publicidade. O conteúdo da publicidade é veiculado lado a lado da programação ou inserido diretamente em filmes, novelas e desenhos. É normal que foliões discutam o comercial da cerveja na época do carnaval. Assim como é normal que crianças discutam sobre o novo lançamento de bolinho que traz consigo duas tatuagens do Homem-Aranha.

Mas o agendamento não esgota a ação da mídia sobre a sociedade. É só o seu princípio mais rudimentar. Além de impor temas de discussão, os meios tendem a agir sobre as opiniões que temos sobre estes temas. Os valores que atribuímos aos diferentes pontos de vista. Por isso, além de nos ensinar sobre o que falar, os meios também nos oferecem opiniões legítimas a adotar, ou seja, também nos ensinam o que falar sobre os produtos. Ao oferecer valores, a publicidade infantil insere suas orientações individualistas e consumistas na população, justamente na idade em que os cidadãos começam a formar suas opiniões sobre o mundo. Por isso, as crianças são tão frágeis quando expostas às opiniões midiáticas, afinal, estão tentando entender o universo que as rodeia, se descobrindo como pessoa e tentando se enquadrar nos grupos sociais. E, nesse momento, a publicidade explora os estereótipos de conduta, de beleza, de diversão e de aceitação para oferecer produtos que facilitam uma "vivência adequada" ao mundo.

Diante dos fatos que exponho, acredito que tão condenável quanto se aproveitar da fragilidade infantil para explorar o consumo é ter consciência dessa lógica perversa, cruzar os braços e se omitir. Esse não é um problema que diz respeito somente aos pais, mas a todo o corpo social. Afinal, são essas crianças individualistas, consumistas e perdidas que vão compor a sociedade em pouco tempo.

Revista **FILOSOFIA**, agosto de 2011.

SEXO & SAÚDE

Não há explicação fácil para o suicídio (JAIRO BOUER)

O AUMENTO do número de suicídios entre os jovens não é exclusividade do Brasil, acontece em diversos países. Mas qual seria a explicação? Não há causa única, mas uma série de fatores combinados. Os transtornos psiquiátricos são uma das principais causas, e a depressão é a mais importante delas. Por isso, qualquer alteração significativa do comportamento merece avaliação.

Mas não é apenas a depressão que leva o jovem ao suicídio. No Japão, por exemplo, o alto grau de exigência no desempenho escolar, as cobranças excessivas por parte da família, o medo de fracassar e não atender às expectativas sociais e a alta competitividade também são fatores. Nos países nórdicos, o suicídio está ligado, em muitas pesquisas, ao inverno prolongado, ao excesso de proteção social, à pouca cobrança para a construção de um projeto de vida e às estruturas familiares que dão menos apoio aos jovens.

No Brasil, há um risco maior nos jovens de populações indígenas, em pessoas que já tentaram suicídio ou de famílias em que alguém se matou, em jovens que fazem parte de minorias sexuais (adolescentes gays se matam mais do que heterossexuais), vítimas frequentes de bullying e de violência. Em comum, a sensação de que as dificuldades e as barreiras são tão grandes que não vale a pena lutar.

Se essas oscilações de emoções e comportamentos são comuns em jovens, seria importante uma rede de suporte mais presente, com agilidade na identificação dos riscos e na oferta de ajuda. Isso pode acontecer em escolas, serviços de saúde e até redes sociais. No Reino Unido, recentemente, o Facebook disponibilizou uma ferramenta que permite aos amigos avisarem as autoridades de saúde quando percebem que alguém corre risco de suicídio. Posts "suspeitos" seriam comunicados à rede, que acionaria os parceiros (serviços do tipo CVV). Que tal pensar em alguma coisa assim aqui? E um serviço permanente de saúde focado nessa questão?

jbouer@uol.com.br – Folha de São Paulo, agosto de 2011.

Prof. Lucas Rocha



Clóvis de Barros Filho é professor de Ética da ECA/USP e conferencista do Espaço Ética. www.espacoetica.com.br

Obesidade, cirurgia e emagrecimento (AG. NOTISA)



A OBESIDADE é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a epidemia do século. Dados recentes revelam que 48,1% da população adulta no Brasil está acima do peso e 15% são obesos. Essas estimativas foram obtidas após entrevistas em 2010 com mais de 54 mil adultos, residentes de 27 capitais, e compõem o estudo *Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico* (Vigitel), organizado pelo Ministério da Saúde em parceria com o Núcleo de Pesquisa em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens/USP). Com o número de obesos, aumenta também a quantidade de cirurgias bariátricas realizadas. Pesquisas revelam que, em dez anos, de 1999 a 2009, o número de cirurgias para obesidade mórbida cresceu mais de 500% no País.

A doença, que aumenta de forma alarmante no Brasil e no mundo, é multifatorial e o componente psicológico exerce papel importante nesse cenário. Psicólogos e psiquiatras discutem fatores psicológicos que estão por trás da obesidade e como os recursos da Psicologia e da Psiquiatria podem ser importantes para pessoas que se submetem às cirurgias bariátricas. Será que nessa transição é preciso aprender a "pensar" como magro?

Pesquisas revelam que, em dez anos, de 1999 a 2009, o número de cirurgias para obesidade mórbida cresceu mais de 500% no País

Comida no lugar do vazio



Preguiçoso e acomodado são adjetivos depreciativos usados com frequência aos obesos, porém nem sempre a obesidade pode ser explicada por razões puramente fisiológicas

Preguiçoso, acomodado, glutão. Estes e outros adjetivos depreciativos são, com frequência, referenciados a pessoas obesas que, ao senso comum, parecem simplesmente não se esforçarem para perder peso. O problema desta avaliação é que ela ignora que a obesidade muitas vezes não é mera consequência da baixa atividade física ou de um estilo de vida sedentário. Ou seja, nem sempre a obesidade e a permanência do indivíduo nesse estado podem ser explicadas por razões puramente fisiológicas.

À obesidade podem estar atrelados transtornos psicológicos graves. As necessidades emocionais específicas de pessoas obesas tornam o processo de emagrecimento uma luta frustrante e de resultados geralmente temporários, conseguidos por meio de dietas e "pílulas milagrosas" que ignoram possíveis fatores emocionais ligados ao ato de comer. "O objetivo [no tratamento da obesidade] deve ser estabelecer uma relação saudável entre o indivíduo e a comida, de forma que esta perca a função de nutrir os afetos", orienta a psicóloga clínica e psicoterapeuta corporal Mary Scabora.

Segundo a profissional - que coordena no Rio de Janeiro o projeto Integração, de tratamento multidisciplinar de emagrecimento para o obeso - o ato de comer tem uma significação única, que vai além da mera obtenção de energia, relacionando-se na verdade com suas funções mais primitivas. "Na literatura psicanalítica, a boca é o primeiro acesso de comunicação com o mundo externo. É na fase oral que estabelecemos esta relação e que temos

contato com sentimentos como prazer, satisfação, amor, agressividade, raiva, privação e medo", explica. Pessoas obesas comumente usam a comida como um substituto emocional, recorrendo a ingestões elevadas e compulsivas de alimentos para fugir do enfrentamento de decepções, frustrações ou acontecimentos que os deixem ansiosos. Nestas condições, diz Mary Scabora, "o excesso de comida cumpre o papel de preencher o vazio existencial".

Ainda que não seja possível estabelecer um "perfil" da pessoa obesa, já que a forma como esta lida com sua condição depende de fatores sociais e ambientais - por exemplo, o desconforto com a aparência depende muitas vezes de o obeso ter vivido ou não situações em que foi ridicularizado devido a seu peso -, a doença não raro é acompanhada de déficits psicológicos, como baixa autoestima, ansiedade, sentimento de culpa, depressão e insegurança. Este quadro pode resultar em transtornos alimentares.

PARA SABER MAIS - Mudança de hábitos

Não é apenas o psicólogo que deve incentivar pacientes obesos em sua jornada rumo ao emagrecimento. Médicos em geral também podem ter esse papel, que, se bem realizado, pode se estabelecer como mais uma motivação para mudanças no estilo de vida. Estudo publicado ano passado na revista *BMC Health Services Research*, intitulado *O uso dos cinco "As" por médicos para aconselhamento de pacientes obesos: a qualidade do aconselhamento está associada com a motivação e intenção dos pacientes para perda de peso?* (tradução livre) chegou à conclusão de que, quanto melhor o aconselhamento recebido e mais positiva a relação médico-paciente, mais os pacientes se mostravam dispostos a se esforçar para emagrecer. O artigo foi escrito por Melanie Jay, da New York University School of Medicine, e equipe.

Os cinco "As", explica o artigo, são uma série de diretrizes para aconselhamento de pacientes obesos que guiam os profissionais médicos a: (1) avaliar os riscos, comportamento atual e preparação para mudanças; (2) aconselhar quanto à mudança de comportamentos específicos; (3) concordar com (em inglês, "agree") e estabelecer metas em comum acordo; (4) ajudar na percepção de barreiras e garantir apoio e (5) organizar o acompanhamento. De acordo com o artigo, os pesquisadores fizeram entrevistas com 137 pacientes obesos logo depois da consulta com 23 médicos: aqueles com "maiores níveis de motivação e intenções [de emagrecer] disseram ter recebido mais técnicas de aconselhamento dentro dos '5As' do que aqueles com níveis menores".

Outro ponto importante foi que médicos que atuavam usando técnicas da chamada "centralização no paciente" também recebiam uma avaliação mais positiva. "Centralização no paciente", diz o artigo, "pode ser definida como [a equipe] ser receptiva às necessidades, crenças, valores e preferências do paciente". Assim, um aconselhamento que se encaixe nesse padrão seria aquele em que, exemplificam Melanie e colegas, o médico discutiria os objetivos de perda de peso no contexto das razões individuais do paciente para querer estar mais magro: bem-estar, aparência, melhor controle de diabetes, etc.

Os resultados da pesquisa, acreditam os autores, sugerem que "a forma como as habilidades de aconselhamento são passadas adiante importa, e que a qualidade da relação médico-paciente pode influenciar no nível de comprometimento do paciente para [iniciar] mudanças de comportamento".

Transtornos da obesidade

Segundo Mary Scabora, os transtornos alimentares mais comuns são o da compulsão alimentar periódica (TCAP ou *binge eating*, no termo em inglês) e a síndrome do comer noturno (SCN). A TCAP se caracteriza pela "presença de episódios recorrentes de ingestão de grande quantidade de alimentos em um curto intervalo de tempo, seguido de uma sensação de vergonha, culpa, angústia perante a perda de controle sobre o ato de comer, sobre o que se come e o posterior arrependimento por ter comido", diz a especialista. Acometidas por este transtorno, que também pode se apresentar em pessoas que não têm problemas de obesidade, a pessoa come "por impulso e não existe um critério de seleção dos alimentos, ela tem preferência por alimentos saborosos, mas na falta deles come o que tiver ao alcance", explica.

Já a SCN, explica Mary, se relaciona com quadros de insônia, no qual a pessoa estabelece uma rotina marcada pela pequena ingestão alimentar pela manhã, mas há um consumo exagerado mais tarde, no período entre oito da noite e seis da manhã. Escondido atrás destes transtornos, "existe um problema psicológico camuflado - depressão, ansiedade, raiva internalizada, bloqueio da agressividade, alterações de humor, carência afetiva e baixa autoestima, entre outros -, combinado com uma dieta alimentar pobre em nutrientes e dificuldades de adesão a um tratamento adequado", diz.

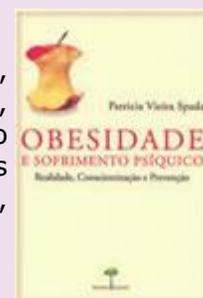


A forma como uma pessoa lida com a obesidade depende de fatores sociais e ambientais, podendo acarretar baixa autoestima, sentimento de culpa e depressão

Dessa maneira, tratamentos que visem à diminuição de peso precisam ser encarados com o fato de que existem dificuldades do âmbito psicológico que podem tornar sua eficácia e acompanhamento um desafio para a pessoa obesa. Sem a resolução das muitas significações e estabelecimentos emocionais criados por elas para justificar sua dependência e compulsão por comer, o emagrecimento não passará de condição temporária, sem ganhos reais para a saúde ou qualidade de vida do indivíduo. Mesmo em tratamentos ditos definitivos, como é o caso da cirurgia de redução de estômago, é preciso estar atento ao lado psicológico: seja por ainda ter mal resolvida sua relação com comida ou por não conseguir aceitar a nova "versão" magra de si mesmo, pessoas obesas que passam por esse tipo de tratamento algumas vezes retornam a seu estado de obesidade ou desenvolvem outras psicopatologias.

Dica de leitura

O livro *Obesidade e sofrimento psíquico*, de autoria da psicóloga Patrícia Spada, coordenadora do curso A Psicologia nos Distúrbios Alimentares, ministrado pela Unifesp, tem como tema principal a ligação entre mente e obesidade. Segundo a especialista, o objetivo do livro é mostrar como a Psicologia é capaz de explicar a doença e ensinar as pessoas a se controlarem em relação à alimentação sem enxergar isso como uma tortura, a começar pelo tratamento da sensação de solidão, impotência e desesperança.

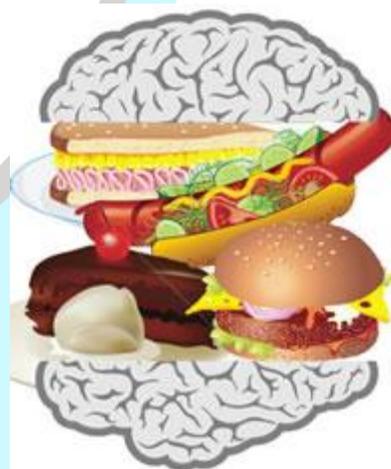


Neurociência e ganho de peso

O cérebro é um dos principais responsáveis pela maior suscetibilidade de uma pessoa a engordar. Segundo explica a pesquisadora da Unidade de Psiconeuroendocrinologia do Grupo de Obesidade e Transtornos Alimentares do Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia do Rio de Janeiro, Aline Barbosa Moraes, o cérebro, pelo sistema nervoso central (SNC), é responsável pela regulação de "mecanismos que favorecem o aumento do apetite e aqueles que favorecem o aumento da saciedade". Por meio da produção de neurotransmissores (substâncias que enviam mensagens específicas para manutenção das funções corporais e metabólicas), o SNC pode garantir um equilíbrio entre a ingestão calórica e o gasto energético, evitando, assim, a perda ou o aumento excessivo de peso.

O artigo *Fatores ambientais, comportamentais e neuroendocrinológicos envolvidos na gênese da epidemia da obesidade*, publicado em 2007 nos *Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde* e de autoria de pesquisadores da Faculdade de Medicina do ABC (São Paulo), explica o funcionamento ideal do equilíbrio energético: "No ganho de peso, devido ao aumento de massa gorda, ocorreria maior síntese de leptina [substância que induz a saciedade] e consequente inibição da fome e estímulo ao gasto energético. Ao contrário, durante a perda de peso, os níveis séricos de leptina cairiam e os de grelina [substância que aumenta o apetite] subiriam, estimulando a fome e inibindo a perda de energia", escrevem os autores.

Aline Barbosa Moraes diz que estas reações naturais de produção de substâncias inibidoras ou estimuladoras do apetite nem sempre acontecem, principalmente devido a lesões no hipotálamo, uma região do cérebro fundamental para o controle do peso. "Se você tem uma lesão nessa região - lesões hipotalâmicas que podem ter causas genéticas ou adquiridas -, elas podem no final trazer problemas associados à obesidade pela dificuldade do paciente em ter a saciedade", explica a especialista. Para



Segundo especialistas, o sistema nervoso central (SNC) do cérebro é responsável pela regulação de mecanismos que favorecem o aumento do apetite e da saciedade

estimular a produção de substâncias que induzam à saciedade, há a possibilidade de tratamentos com inibidores de apetite. "Estes medicamentos, sobretudo a sibutramina, aumentam as concentrações do neurotransmissor serotonina ao nível do SNC, o que favorece que o paciente apresente maior saciedade", explica Aline. A profissional avisa, porém, que tais medicamentos devem ser tomados sob prescrição médica e que é preciso um acompanhamento contínuo do tratamento, objetivando evitar o aparecimento de efeitos colaterais e consequente risco para a saúde do paciente.

O percurso psicoterapêutico de um paciente adulto que foi uma criança obesa é diferente daquele que se tornou obeso na adolescência ou na vida adulta

Pesquisadores do Denver VA Medical Center e da University of Colorado Denver, nos Estados Unidos, sugerem que a função de rede padrão, um dos principais contribuidores da atividade neuronal intrínseca, é alterada na obesidade e/ou em indivíduos que têm predisposição à obesidade. Jason Tregellas e colegas contam em um artigo que ainda será publicado no periódico internacional *Obesity* que chegaram a esse resultado após fazer exames de ressonância magnética funcional em 24 indivíduos magros e em 18 sujeitos obesos que perderam peso. As imagens foram feitas em jejum dois dias após dieta eucalórica (na qual se consome energia necessária para manutenção das atividades do organismo, ou seja, o peso é mantido) e dois dias após dieta de superalimentação (com aumento de 30% do consumo calórico) em um projeto contrabalanceado. Tais imagens foram obtidas enquanto os participantes viam figuras de alimentos e de objetos não comestíveis.

Tais imagens foram obtidas enquanto os participantes viam figuras de alimentos e de objetos não comestíveis. "No estado eucalórico, foi observada maior atividade de rede padrão em sujeitos obesos que perderam peso em comparação aos indivíduos magros no lóbulo parietal inferior e no córtex do cíngulo posterior", dizem. A atividade foi positivamente correlacionada com o apetite: "superalimentação resultou no aumento da atividade da rede padrão em magros, mas não em indivíduos obesos que perderam peso", escrevem.

Mudança drástica

Estudos têm mostrado que a cirurgia bariátrica traz mudanças psicológicas, sociais e emocionais rápidas.

Uma pesquisa publicada ano passado no periódico internacional *Surgery for Obesity and Related Diseases* corrobora essa ideia. Ao avaliar a qualidade de vida e a autopercepção de imagem corporal de 200 pacientes antes da cirurgia e 20, 40 e 92 semanas após a intervenção, David Sarwer, da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, e colegas observaram que de forma geral os pacientes apresentam significativa melhora na qualidade de vida e na imagem corporal nos primeiros meses após a operação. Esses benefícios, segundo eles, se mantêm geralmente até o segundo ano do pós-operatório.

Por outro lado, outras investigações têm apontado que problemas psicológicos podem se desenvolver após a cirurgia. Por exemplo, segundo um estudo de Ronis Magdaleno e equipe, do Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, embora o reencontro com o corpo após o procedimento cirúrgico seja vivenciado pelos pacientes como um meio de reintegração social, um sentimento de desamparo também é frequente nesse período. Tal desamparo, segundo os autores, pode levar a sintomas fóbicos. Desequilíbrios nas relações familiares e conjugais também podem ocorrer e contribuem para desencorajar a continuidade do tratamento. Além disso, alguns pacientes podem buscar constantemente cirurgias plásticas para corrigir o excesso de flacidez e as cicatrizes. Os pesquisadores chegaram a essas evidências após entrevistar qualitativamente sete mulheres que haviam sido operadas entre um ano e meio e três anos. A pesquisa em questão foi publicada em março deste ano na *Obesity surgery*.

Dados diversos, como os apresentados, são fonte para questionamentos. Qual a importância do acompanhamento psicológico no pós-operatório de cirurgias bariátricas? Será que todos os pacientes necessitam desse suporte? Afinal, é preciso aprender a "pensar" como magro?

Para o médico Adriano Segal, coordenador do departamento de Psiquiatria da Associação Brasileira para Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso), o "acompanhamento no pós-



Os tratamentos que visam a combater a obesidade devem contemplar a existência de dificuldades psicológicas que podem atrapalhar a eficácia dos resultados

operatório não é mandatório para todos os pacientes, apenas para aqueles que apresentavam um transtorno psiquiátrico [aí, o acompanhamento seria psiquiátrico] ou psicológico no pré-operatório ou para aqueles que venham a apresentar um problema depois da operação, causado por ela ou não". Ele destaca, entretanto, que uma minoria dos pacientes se enquadra nessa segunda categoria, ou seja, desenvolvem problemas em função da cirurgia.

Além disso, o psiquiatra explica que a "ideia de pensar como magro ou como gordo não procede, já que nem todos os magros comem pouco nem muito menos de um modo saudável e nem todo gordo come em grande excesso e de modo não saudável. Esta generalização é uma das fontes do grande preconceito contra o gordo e deve ser prontamente abandonada".

Por isso, Adriano considera que os médicos devem esclarecer todos os aspectos relativos à obesidade, à técnica cirúrgica, ao emagrecimento e aos cuidados pós-operatórios ainda no pré-operatório. "No pós-operatório, precisamos ficar atentos à adesão ao tratamento e a problemas psiquiátricos que porventura venham a ocorrer. Neste caso, deve-se instituir o tratamento mais adequado para o caso", afirma. *(Veja quadro sobre a importância do aconselhamento médico).*

Oferecer respostas mágicas e miraculosas é sequestrar do indivíduo a magia da vivência psicoterápica, quando são mobilizadas forças mentais e emocionais que o asseguram a lidar com a vida, sendo que a obesidade só é uma parte dela

Retorno ao convívio social

Quanto aos problemas emocionais e de relacionamento que alguns estudos têm apontado no pós-operatório, o psiquiatra afirma que mesmo que isso fosse uma verdade absoluta, ou seja, "se houvesse a relação causa-efeito que alguns gostam de enxergar nas entrelinhas, seria um dado que, isoladamente, serviria apenas para ficarmos atentos, já que não é razoável imaginarmos que é melhor um sujeito ficar casado e obeso mórbido do que separado".

Ele explica, entretanto, que alguns desses eventos são apenas marginalmente mais frequentes nessa população do que na população geral, ou seja, a cirurgia bariátrica não implica em risco maior nestas áreas.

Segundo Adriano, a percepção de que há um número aumentado desses eventos em pacientes que passaram por cirurgia bariátrica é causada pelo fato de que "alguns pacientes podem ter quadros psiquiátricos que se manifestavam menos gravemente devido à própria dificuldade mecânica que a obesidade causava. Também pode acontecer que quadros fóbicos, que antes não eram nítidos [pois obesos mórbidos saem pouco, mesmo], passam a ficar mais chamativos quando se espera que a pessoa comece a sair".

Porém, ele lembra que com relação ao consumo de álcool é preciso mais atenção, pois de fato a cirurgia pode influenciar de forma negativa nesse caso. "Depois de algumas técnicas cirúrgicas, ingerir bebidas alcoólicas é muito mais arriscado e lesivo e isso deve ser exaustivamente orientado no pré-operatório e observado no pós-operatório", alerta.

A adesão ao tratamento clínico, para Adriano, é um dos principais problemas no pós-operatório, pois, segundo ele, uma grande parte "foge". Porém, ele destaca que essa fuga é comum em qualquer especialidade que compõe a equipe. "Alguns pacientes retornam apenas quando estão doentes (às vezes, muito!)", ressalta.

Essa dificuldade de dar continuidade ao acompanhamento também é observada na psicoterapia. Estudos mostram que embora os pacientes reconheçam sua importância, com frequência não a fazem ou a abandonam. Para Ana Cristina Benevides Pinto, psicoterapeuta do Programa Transdisciplinar de Tratamento da Obesidade do Centro de Tratamento e Integração do Ser (Centiser) de Fortaleza (CE), os pacientes veem essa terapia como uma importante aliada no combate à obesidade e na reestruturação da sua vida. A psicóloga explica que o acesso às diversas informações faz que muitos pacientes reconheçam a importância da psicoterapia como subsídio para lidar com a ansiedade, que, via de regra, é identificada como a causa psicológica da obesidade.



Na cirurgia de redução de estômago, considerada um tratamento definitivo, é aconselhável acompanhamento psicológico antes e depois do procedimento

"Quando o processo psicoterápico avança, esta compreensão amplia-se bastante levando o paciente a compreender a conexão entre fatos e afeições, numa fluência extinta de explicações de causa e efeito, ao perceber que as partes não subsistem sozinhas, mas compõem um todo", acrescenta Ana. Para a especialista, a partir desta perspectiva, torna-se mais viável, pela exclusão de vilões e vítimas, o reconhecimento do paciente como autor e ator da sua própria história, portanto, capaz de estabelecer mudanças oriundas do seu desejo interno.

A especialista lembra que o modo como a obesidade se instalou na vida de uma pessoa faz toda a diferença. "O percurso psicoterapêutico de um paciente adulto que foi uma criança obesa é diferente daquele que se tornou obeso na adolescência ou na vida adulta, como é diferente se foi após um trauma, por exemplo, um abuso sexual, ou se foi atrelado ao alcoolismo ou durante a gravidez. A história vital do paciente é condição sine qua non para a modificação da estrutura do ser no mundo", afirma.

PARA SABER MAIS - Hipnoterapia no combate à perda de peso

A revista *Análise Psicológica*, publicada pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada (Lisboa - Portugal), trouxe em sua edição de abril-julho de 2010 uma entrevista com o psicólogo e pesquisador na área da hipnose clínica e experimental, Irving Kirsch. Nela, o especialista explica o que é a hipnose clínica e quais as suas aplicações, particularmente na área da saúde, como no tratamento da obesidade.

Segundo Irving, a hipnose clínica consiste numa situação em que uma pessoa, um hipnotizador ou um terapeuta, faz sugestões de mudanças específicas na experiência de um sujeito ou paciente. "Trata-se de uma ferramenta terapêutica que pode ser usada em conjunto com qualquer terapia, por exemplo, num quadro de referência cognitivo-comportamental, psicanalítico, etc. Qualquer abordagem terapêutica pode ser incrementada com a adição da hipnose", esclarece.

Irving explica que a aplicação da hipnose no tratamento da obesidade é algo já bastante documentado. E que unir hipnose com tratamentos para perder peso aumenta a eficácia destes, tanto em curto quanto em longo prazo. "Sabemos que um dos principais problemas no controle do peso reside no fato de que as pessoas que perdem peso tornam a recuperá-lo rapidamente. De acordo com estudos em programas de controle do peso auxiliados pela hipnose, esta parece prevenir a recuperação do peso, podendo verificar-se a manutenção do peso desejado ao fim de dois anos", explica.

Mas o psicólogo alerta para a importância de escolher adequadamente o profissional que fará a hipnose clínica. Segundo ele, em primeiro lugar deve-se procurar um terapeuta que esteja qualificado para fazer o tratamento desejado e não apenas que possua formação em hipnose.

"É importante compreender que a hipnose não é uma terapia, é uma ferramenta que se usa no contexto de uma terapia. Por essa razão, não existe hipnoterapia isoladamente. Um psicólogo clínico, um médico, um enfermeiro ou outro profissional de saúde qualificado pode considerar a utilização da hipnose útil apenas para incrementar o tratamento", afirma o psicólogo na publicação.

A obesidade é um problema multidisciplinar e, como tal, apresenta diferentes formas de abordagem. Por isso, não é possível traçar uma linha terapêutica padrão para todos os pacientes



Estudos mostram que embora os pacientes reconheçam a importância do tratamento psicológico, com frequência não o fazem ou abandonam precocemente

acordar magro", diz.

Prof. Lucas Rocha

Ana ressalta, entretanto, que a psicoterapia só funciona quando o desejo do paciente está presente: "não seria ético impor ao paciente a psicoterapia, pois quando imposta esta não é psicoterapia. Sem contar que seria a repetição simbólica do que, provavelmente, foram muitas vivências de 'engolir goela abaixo' que o levaram à obesidade", acredita.

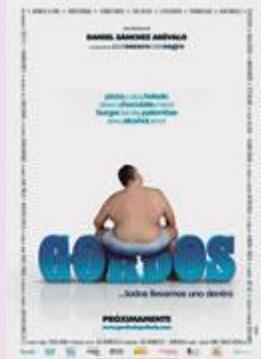
No entanto, saber que a psicoterapia é importante não significa fazê-la. Ana diz que a questão financeira, muitas vezes, é uma barreira à terapia. Porém, ela acredita que é a resistência a olhar para si mesmo o principal empecilho para realizar esse tratamento.

"Em geral, as pessoas querem respostas mágicas para as suas dificuldades. Não compreendem que enfrentá-las é a forma de se fortalecer e superá-las. Muitos pacientes obesos falam da fantasia de dormir obeso e

Segundo a especialista, independentemente da abordagem, a psicoterapia é um mergulho em si mesmo, na sua história vivida e atual, além de poder levar a pessoa a olhar para o futuro. E acrescenta que oferecer respostas mágicas e miraculosas é sequestrar do indivíduo a magia da vivência psicoterápica, quando são mobilizadas forças mentais e emocionais que o asseguram a lidar com a vida, sendo que a obesidade só é uma parte dela. "Ele vai perceber que poderá abandonar a obesidade e que a vida continua com seus problemas e desafios, e ele, autônomo, livre para fazer suas escolhas, é capaz de superar novas dificuldades e assumir suas conquistas com a tranquilidade de serem suas", finaliza.

Dica de filme

O filme *Gordos*, do diretor espanhol Daniel Sánchez Arévalo, leva às telas o debate sobre o tratamento de um grupo de pessoas com problemas de obesidade, complexos, fobias, obsessões, traumas, medos, culpas, desejos, amor, sexo e saúde. A película fala não apenas da ditadura do físico, mas também da solidão e da falta de autoestima de quem sofre com a obesidade. Gravado em dez meses, um de seus protagonistas engordou 40 quilos e outro emagreceu 25. Não se trata apenas de um filme de autoajuda, mas vai além. É arte que faz pensar, é filosofia que comove, é entretenimento que incomoda.



Caso cirúrgico de sucesso

Cláudia, mãe de três filhos, hoje é ex-obesa e reconhece o papel que a psicoterapia teve na melhoria da sua vida. Ela ficou obesa logo após a sua terceira gravidez e, deste então, vinha tentando diversos meios de emagrecer, porém, sem resultados satisfatórios. Foi quando chegou aos 120 kg (com apenas 1,55 m de altura) e descobriu que estava com diabetes tipo 2 que resolveu recorrer à cirurgia bariátrica.

"Embora eu já estivesse acostumada a ser gorducha, foi a preocupação com a saúde que me levou a fazer a cirurgia", reconhece.



A ideia de pensar como magro ou como gordo não procede, já que nem todos os magros comem pouco ou de modo saudável e nem todos os gordos comem em excesso e de modo não saudável

Segundo ela, nessa hora, o tratamento integrado com vários especialistas - por exemplo, psicólogo, fonoaudiólogo e nutricionista - foi essencial. "Fui tão bem assistida que só fiz a cirurgia quando a psicóloga achou que eu estava pronta. Foram seis meses de acompanhamento", lembra.

Hoje, um ano após a cirurgia e pesando 60 kg, ela diz que ainda faz psicoterapia com um grupo de ex-obesos. "Esse acompanhamento é essencial. Com essa assistência e uma vida regrada, com horários certos para alimentação, quantidades certas e ingerindo alimentos de qualidade, todo mundo consegue se livrar da obesidade", considera.



Tratar a pessoa obesa é entender a linguagem inconsciente de todo um contexto vivido ao longo da vida. A obesidade é uma expressão psicossomática do indivíduo

A cirurgia foi a solução encontrada pela equipe médica para Cláudia, que se encontrava em um estado de obesidade mórbida. Entretanto, vale lembrar que a obesidade é um problema multidisciplinar e, como tal, apresenta diferentes formas de abordagem. Por essa mesma razão, não é possível traçar uma linha terapêutica padrão para todos os pacientes. Não existe uma "fórmula de bolo", mas uma equipe transdisciplinar e o paciente podem juntos encontrar a melhor opção para seu caso (veja quadro *O contraponto dos tratamentos*).

PARA SABER MAIS - O contraponto dos tratamentos

A cirurgia bariátrica não é o melhor tratamento para todos os obesos. Clarissa Silbiger Ollitta, psicanalista coordenadora do Programa de Estudos e Tratamento do Obeso (Presto) da Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae explica que, se fosse assim, não encontraríamos tantas tentativas fracassadas de emagrecimento.

Para a especialista, tratar a obesidade depende do entendimento que se faz dela. "Se a obesidade for um desequilíbrio entre ingestão e queima calórica, emagrecer pode ser a alternativa. Porém, ninguém escolhe ser obeso. Se você perguntar para qualquer pessoa obesa se ela imaginava ter o corpo que tem, ela negará enfaticamente. Não se come com a intenção de ser obeso. Portanto, qualquer tratamento que aborde controle alimentar não trata efetivamente o problema", acredita.

Segundo Clarissa, a obesidade é uma expressão psicossomática do indivíduo. Uma linguagem inconsciente que tem história, evolução e dramas vividos ao longo de uma vida. "Tratar uma pessoa obesa é decifrar os enigmas que ela carrega em seu corpo. É entender que o organismo e a mente são expressões integradas de um mesmo ser", diz.

Nesse sentido, ela explica que programas como o Presto são importantes porque, por meio de uma equipe transdisciplinar, é realizada uma avaliação clínica pormenorizada, na qual se pesquisará o estado geral do paciente, sua adesão aos tratamentos, a adequação ao uso de medicação, entre outros fatores. Além disso, é realizado um extenso estudo do psicanalista com o paciente para recuperar o significado profundo da comida ao longo da vida do indivíduo.

"A avaliação clínica pormenorizada é importante, porém é um complemento desse estudo central que costuma levar na fase inicial uma média de 15 horas de trabalho com o paciente para subsidiar a equipe na definição do encaminhamento que será repensado com o paciente", explica.

A psicanalista também diz que os diversos modelos prontos de tratamento que existem não dão certo porque o paciente obeso é um paciente difícil, que frustra, que não obedece as orientações e, principalmente, sinaliza as limitações das ferramentas que cada profissional tem. Isso acaba, segundo ela, fazendo que o próprio paciente seja cobrado pelo "suposto" fracasso do tratamento.

"Estamos longe de trabalharmos integrados e disponíveis para compor com diferentes conhecimentos. Então a automatização dos tratamentos acaba sendo uma zona de conforto para os profissionais que reafirmam sua competência e transferem para o paciente a responsabilidade integral do tratamento".

Para a especialista, considerar o paciente como indivíduo é suportar a tensão inerente a um percurso desconhecido, "pois cada pessoa é única, desafio fundamental para interrompermos o círculo vicioso do fracasso dos tratamentos", encerra.

Revista **PSIQUE**, agosto de 2011.

Método Abortivo de Novela (MALU FONTES)

INSENSATO CORAÇÃO chegou ao fim na última sexta-feira e, como a teledramaturgia, sinônimo de telenovela no país, há décadas assume no cotidiano e no imaginário dos brasileiros um papel praticamente paradidático, insinuando o que é certo ou errado, bom ou ruim, feio ou bonito, dois aspectos da trama chamaram atenção, principalmente em sua reta final: as abordagens do preconceito contra os homossexuais e da gravidez indesejada.

Do lado de cá da tela, todo mundo sabe que casais formados por pessoas do mesmo sexo existem e que de suas rotinas faz parte tudo aquilo que faz parte de qualquer relação amorosa: afeto, demonstrações públicas e privadas de carinho, beijo na boca, sexo e todo o resto do pacote, conflitos inclusive. Do mesmo modo, todo mundo que tem mais de um neurônio sabe que muitas meninas bem ou mal nascidas, diante de uma gravidez indesejada, já recorreram, sim, ao aborto e continuarão recorrendo, seja seguro ou inseguro, mesmo com a prática sendo ilegal no país. São milhões de mulheres que recorrem à prática e quem diz isso são os serviços públicos de saúde, onde de um jeito ou de outro vão parar as estatísticas de mortes ou sequelas graves em decorrência de abortos, sobretudo os feitos de maneira tosca, com gente que vive disso e não precisa dar garantia de bom atendimento.

TABU - As novelas brasileiras, no entanto, consideradas por especialistas no assunto, daqui e de alhures, como detentoras de uma das mais sofisticadas técnicas de produção do mundo e também conhecidas pelo seu nível de realismo nas temáticas abordadas, continuam sendo o que são, um produto fluido que só chega perto de temas que não afastem o telespectador. E o que os afasta da tela, comprometendo a audiência e mais ainda a receita

Prof. Lucas Rocha

publicitária da emissora? Em geral, temas morais, considerados tabus pela sociedade brasileira, pelo que se convencionou chamar de família tradicional, e assuntos que passem perto de questões religiosas, que descambam quase sempre, claro, de novo na moralidade.

Sabendo-se das limitações temáticas das telenovelas no terreno da moral, o telespectador de bom senso sabe que os autores têm limites até onde podem avançar e arriscar, o que não os livra de críticas às vezes ferozes e até injustas de grupos de defesa de determinados grupos sociais engajados na defesa de suas causas. Ou seja, a telenovela vai até um determinado ponto com alguma bandeira comportamental, mais precisamente até a fronteira em que determinado discurso, enquadramento ou abordagem pise nos calos dos tabus da sociedade brasileira. Não precisa dizer que aborto e homossexualidade são um olho nu e gritante no centro do universo de tabus nacionais. Não é à toa que os que cobram da telenovela algum comprometimento com a realidade façam coro exigindo, e esperando, das telenovelas a tal cena tão desejada que nunca veio: o primeiro beijo de língua gay entre um casal de homossexuais. Se for um casal masculino, melhor ainda. Para muitos defensores dos tabus, um beijo entre duas mulheres fica um pouco aquém do tabu e pode estar mais para fetichismo sexual.

Insensato Coração começou praticamente anunciando a realização da expectativa frustrada do beijo masculino gay. Tinha um dos maiores núcleos de homossexuais já visto numa novela e a trama carregava, a título de merchandising social, a bandeira do protesto contra a violência praticada com os homossexuais, por preconceito, fato corriqueiro no Brasil. No entanto, parece que os compradores de sabão fizeram saber à Globo que de jeito nenhum queriam ver essa 'pouca vergonha', e os autores principais da novela, Gilberto Braga e Ricardo Linhares, foram convidados pela direção da emissora a pisar no freio do chamego entre os meninos sarados do quiosque da trama. O que surpreende e espanta, no entanto, é que, o mesmo telespectador que, em tese, teria mandado avisar à Globo que a boicotaria se visse na tela dois homens se beijando apaixonadamente, parece ter enviado um pedido para ver gays sendo espancados e brutalmente assassinados, em cenas que parecem ter emocionado a audiência dos entabuados, a ponto de elevar o ibope. Lição: o brasileiro médio acha violento demais ver um beijo masculino na TV, mas acha muito emocionante ver um garoto apanhando até morrer de um bando de pit-boys. Foi ou não foi assim, Gilberto Braga?

FETO - E no final, para fechar com chave de ouro a ode aos entabuados do aborto. Uma das mocinhas boas e belas da trama, Cecília, que engravidara de um ficante mau caráter, que lhe embriagara para fazer sexo sem camisinha, jamais, claro, sequer cogitou longinquamente a possibilidade de um aborto. Ao contrário: demonstrou amor eterno ao feto desde que soube da concepção, a ponto de aceitar casar com o vilão para proteger a cria. Como o feto era de um mau caráter e a menina era boa e amava outro homem, esse também bom e puro, a criança seria um ruído difícil de ser engolido pelo telespectador no meio de tanta beleza, pureza e lisura de caráter. Como aborto não pode, foi preciso dar um jeito de arrancar o feto de um modo, diga-se, mais 'bem aceito' moralmente pela família brasileira compradora de margarina. E assim se fez: a autoria da obra mandou o pai mau caráter do feto dar umas porradas eficientes na mocinha. E era uma vez uma gravidez. Então, quem disse que mocinha de novela não pode abortar? Pode sim. É só escolher o método certo e moralmente adequado. A surra de um homem violento é uma opção completamente aceitável pela audiência.

MALU FONTES é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em 21 de agosto de 2011, no jornal A Tarde, Salvador/BA. maluzes@gmail.com

Alvos do HIV (CAMILA GUSTAFERRO)

Trinta anos após a descoberta do vírus, os jovens são o grupo com maior tendência de crescimento da Aids



Exposição sexual é o principal fator de contaminação de jovens entre os 13 e os 24 anos. Foto: Latinstock

"Mas tem tratamento!" Não é incomum ouvir a frase ao falar a adolescentes sobre Aids no trabalho de prevenção. Graças aos avanços, às pesquisas e à descoberta dos medicamentos em 1992, convivemos com o HIV há três décadas. Mudanças de conceito e na transmissão de informação são pontos marcantes nesses 30 anos. Mas cabe ao educador questionar: o que não é dito a esses jovens?

Se a primeira década foi marcada por terrorismo e medo, já que se desconhecia o agente causador da doença, hoje presenciamos o aumento da qualidade da informação, constatada pelas pesquisas de conhecimento, atitudes e práticas realizadas pelo Programa Nacional de DST/Aids no Brasil. Graças aos avanços desde 1992, com a descoberta dos medicamentos antirretrovirais (que impedem a multiplicação do vírus no organismo), o acesso universal ao coquetel reposicionou a

Prof. Lucas Rocha

Aids como uma doença crônica com tratamento possível, rigoroso e delicado. Não se trata mais de uma sentença de morte. Ou seja, esta geração de adolescentes veio ao mundo quando o enfrentamento da epidemia tinha novas perspectivas e teve amplo acesso à informação, por meio de campanhas de mídia, articulações em saúde e educação.

Por outro lado, o Ministério da Saúde dá conta de que, em cinco anos, a prevalência do vírus HIV em meninos entre 17 e 20 anos subiu de 0,09% para 0,12% – o percentual sobe quanto menor for a escolaridade. De 1980 até junho de 2010, 11,3% dos casos no País foram de jovens na faixa dos 13 aos 24 anos. Não só: a maior proporção de ocorrências está relacionada à exposição sexual. Diante desse quadro, como os jovens lidam com o sexo seguro e com a Aids?

O que os jovens sabem

Em levantamento recente realizado pelo Centro de Estudos da Sexualidade Humana do Instituto Kaplan, 97% dos 1.149 adolescentes demonstraram ter informações sobre a Aids, o que não impediu que, na hora de tomar decisões diante de situações hipotéticas, 37% dessem respostas que indicassem uma conduta de vulnerabilidade (*explica-se o conceito a seguir*). Ademais, a Pesquisa de Comportamento, Atitudes e Práticas da População Brasileira (PCAP 2008) constatou que 97% dos brasileiros entre os 15 e os 24 anos sabem que o preservativo é o método mais efetivo no combate à transmissão do vírus, mas seu uso tende a cair quanto mais estável for o relacionamento sexual.

É notável que apenas a informação não é suficiente para que os jovens utilizem o preservativo. Também é preciso motivá-los a lançar mão desses conhecimentos e enfrentar situações de risco. É nesse aspecto que a influência do educador pode fazer a diferença. Na mesma sondagem do Instituto Kaplan, a escola foi destacada por 84% dos entrevistados como o principal espaço para a busca de conhecimento sobre DST/Aids, o que mostra que o professor tem papel essencial na educação sexual.

O que fazer diante de uma oportunidade dessas? Os programas de educação pregam aliar informação a valores, atitudes e condutas que fortaleçam a prevenção e diminuam a vulnerabilidade. Para ficar em um exemplo baseado em pesquisas: percebe-se que, diante da afirmação “Mas Aids- tem tratamento!”, nem sempre o professor esclarece o que vem com o pacote “tratamento”, polemiza, discute como seria o momento posterior a ele ou ressalta o mais grave: que a ainda não há cura. Esse é um típico momento para retirar do próprio adolescente o fragmento de conhecimento que ele apresentar e construir em conjunto uma informação que dê subsídios, de maneira clara e direta, para o entendimento dos reais impactos de uma doença como a Aids ou da convivência com o HIV.

Vulnerabilidade juvenil

O conceito de vulnerabilidade identifica os fatores que influenciam a não prevenção nas relações sexuais. Questões como a dificuldade de negociar o uso do preservativo, a vergonha, o medo de falhar, o desconhecimento, a diminuição da autoestima, a ausência de cuidado consigo e o envolvimento emocional fazem parte do repertório de fatores que podem agir na contramão do uso do preservativo.

Muito se discute a respeito da vulnerabilidade dos alunos de Ensino Médio em relação à gravidez na adolescência e à infecção pelo HIV. No Brasil, 20,42% dos partos são de adolescentes, de acordo com o Ministério da Saúde. Em relação ao contágio pelo vírus, segundo dados de 2009, a porcentagem de jovens do sexo masculino infectada salta de 2,4%, na faixa dos 14 a 19 anos, para 18,1%, entre os que têm de 20 a 24 anos. Entre as garotas, os números vão de 3,1% para 13,4%, na comparação entre as faixas etárias de 13 a 19 e de 20 a 24 anos.

Especialmente a vulnerabilidade das garotas à Aids preocupa e faz parte das ações de enfrentamento da epidemia no Brasil. No mais recente *Boletim Nacional de DST/Aids*, elas foram destacadas como o público que teve crescimento no número de casos em relação às demais populações, que tem apresentado decréscimo. Segundo o relatório, a inversão se deu a partir de 1998 e é esta a única faixa etária em que há mais ocorrências entre mulheres do que em homens: oito casos em meninos para cada dez em meninas. Em ambos os sexos, dos 13 aos 24 anos, a contaminação está atribuída à categoria de exposição sexual, sendo 74% no sexo masculino e 94% no sexo feminino. Órgãos como Unaid- e Unesco reconhecem que o adolescente se encontra em posição vulnerável e que é necessário a implantação nas escolas de programas de educação sexual que favoreçam o acesso integral a informações.

Educação sexual

Cerca de 30,5% dos alunos de 9º ano já tiveram relações sexuais segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do escolar (2009) e estima-se que, ao fim do Ensino Médio, de 70% a 80% exercite sua vida sexual. O repertório sexual dos adolescentes é amplo atualmente. Eles se permitem investigar e -descobrir formas de contato íntimo para lidar com interdições como a virgindade, e, assim, se relacionam de outras muitas maneiras que podem torná-los vulneráveis. Um exemplo é o sexo oral e a crença de que não expõe a DST. O número de dúvidas sobre a prática cresceu nos últimos anos, assim como os casos de HPV e herpes, mas as aulas de orientação sexual a respeito das DST não acompanharam essa evolução, e continuam mostrando imagens horrorosas de estágios avançados de

doenças. Na nova perspectiva de formação de competências para a vida não podemos segregar a educação sobre HIV/Aids, um aprendizado que envolve a participação juvenil, o pensamento crítico e a experiência.

Isso posto, é preciso buscar metodologias para inserir a educação sexual, de maneira lúdica e dirigida, atendendo às perspectivas do aluno e fornecendo ferramentas para que ele associe o uso do preservativo ao exercício do prazer. A escola deve estar preparada para uma abordagem integral da sexualidade. Apesar de citada inclusive em guias e diretrizes como os PCN, ainda é difícil expandir na prática a intervenção para além das exposições chatíssimas sobre órgãos reprodutores. Percebe-se, em oficinas que envolvem práticas sexuais, que o prazer e o reconhecimento da vulnerabilidade no cotidiano atraem maior interesse e têm mais impacto nos grupos do Ensino Médio.

Deve-se, então, trabalhar três pilares: **conhecimento, atitudes e competências**, auxiliando a tomada de decisão diante das condutas de prevenção. É uma tarefa que soa complicada, ainda mais se lembrarmos que, na história da sexualidade, já tivemos tantas associações com a reprodução e que as práticas sexuais sempre foram deixadas de lado, como se não se pudesse abordar a intimidade e as dificuldades que envolvem a vida sexual. Há alguns anos, com o reconhecimento dos 11 direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos – destacando o direito ao prazer – começamos a entender que a estratégia funciona bem como motivadora.

Os adolescentes estão expostos a muitas informações parciais, por vezes tendenciosas ou contestáveis, e o acesso a uma educação sexual clara e baseada nos direitos humanos é fundamental na luta contra o preconceito e para assegurar ao jovem seu papel de sujeito de escolha – esse é o lugar do educador. Trabalhar o cotidiano das práticas sexuais facilita o reconhecimento das situações de vulnerabilidade e promove troca de conhecimento, podendo ampliar o número de respostas de enfrentamento e novas condutas – como o uso do preservativo em todas as relações.

Muitos educadores têm dúvidas sobre dizer ou não ao jovem que o HIV/Aids encontra-se hoje na classe de doenças crônicas porque temem autorizar, assim, a disseminação do vírus e a ausência do cuidado. A omissão relega ao adolescente o antigo papel de “irresponsável”, no qual ele não teria recursos para decidir sozinho. Quanto mais saudável e responsável for o exercício da sexualidade, mais estaremos evoluindo em qualidade de vida da população e em cidadania. O fortalecimento do adolescente como sujeito de direito à saúde e à educação integral, entendendo que sexo e prazer são constitutivos positivos desse processo, auxilia a motivação para a prevenção.

CAMILA GUSTAFERRO é psicóloga e educadora sexual, coordenadora de desenvolvimento institucional do Centro de Estudos da Sexualidade Humana – Instituto Kaplan. **Revista Carta na Escola, agosto 2011.**

A convivência entre o crime e o poder (VERA DA SILVA TELLES)

Com a autoridade que o Estado lhes confere, agentes públicos acionam dispositivos extralegais que oscilam entre a transgressão, os acordos negociados e as práticas de extorsão. No coração da economia urbana, são práticas que engendram uma expansiva zona cinzenta que torna incertas as diferenças entre o legal e o ilegal



A extorsão policial teve um papel central na deflagração da violência que eclodiu em maio de 2006 e paralisou a cidade de São Paulo sob o impacto de ataques a agentes e prédios públicos promovidos pela organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), ao mesmo tempo que rebeliões simultâneas se espalhavam pelo estado. Essa é a conclusão de um detalhado estudo, de quase 250 páginas, publicado agora, cinco anos depois dos acontecimentos, sob o título “São Paulo sob achaque: Corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006”. Realizado por pesquisadores da Clínica Internacional de Direitos Humanos da Universidade de Harvard e da ONG Justiça Global, o estudo reúne provas de que os ataques de maio foram em grande medida concebidos como revide a achaques praticados por agentes públicos contra familiares de líderes do PCC. Os atos que estiveram na origem dos acontecimentos faziam parte de uma multiplicidade de esquemas de corrupção, envolvendo extorsão a familiares de homens da organização criminosa, bem como venda de fugas do sistema prisional e furtos de bens apreendidos pela polícia. Esquemas que vinham de antes e tiveram continuidade nos anos que se seguiram, que se desdobram e se ramificam, por exemplo, no controle do muito rendoso negócio das máquinas caça-níqueis, além da extorsão reiterada de pessoas envolvidas no tráfico de drogas, tudo isso entrelaçado com histórias de morte,

Prof. Lucas Rocha

execuções (muitas) e a ação de grupos de extermínio.

Os fatos relatados oferecem, em seu conjunto, algo como uma grande angular do que é recorrente nas microssituações que atravessam o tecido urbano da cidade de São Paulo, e não apenas nela. O envolvimento das forças da ordem nas atividades ilegais não é propriamente uma novidade. Faz parte da crônica urbana, alimenta o noticiário da imprensa, já virou roteiro de cinema e é assunto das conversas diárias. Mas resta compreender os jogos de poder e as relações de força inscritas nessas dobras do legal-ilegal, e isso não diz respeito apenas a organizações criminosas e seus negócios ilícitos. Estão incrustados no núcleo dinâmico das economias urbanas, nas relações que tecem os hoje expansivos mercados informais e o comércio de bens ilegais, além do tráfico de drogas e suas capilaridades nas redes sociais e práticas urbanas. Esses jogos de poder e relações de força carregam um potencial de violência que interessa elucidar.

Nas dobras do legal-ilegal

Os pujantes centros de comércio popular na cidade de São Paulo oferecem um privilegiadíssimo "posto de observação". Muito longe das tradicionais economias de sobrevivência, são lugares por onde circulam produtos de origem variada, quase sempre duvidosa (contrabando, falsificações, pirataria), acionando verdadeiros dispositivos comerciais que fazem a articulação entre o informal e os circuitos ilegais de economias transnacionais. Porém, desde um modesto posto de CDs piratas às congestionadas lojas de galeria, passando pelas multidões de ambulantes que ocupam as ruas da cidade, essa ampla circulação de bens e riquezas não poderia operar sem sua articulação com outro mercado, também ilegal, por onde se transacionam as mercadorias políticas, nos termos propostos por Michel Misse (2006). Mercadorias políticas, quer dizer: corrupção, acordos na partilha dos ganhos, troca de favores, clientelismo, compra de proteção e práticas de extorsão que são mais ou menos ferozes conforme oscilam as microconjunturas políticas, as disputas, o jogo das alianças e os interesses em jogo e, também ou sobretudo, o grau de incriminação que pesa sobre essas atividades. Fiscais, gestores urbanos, operadores políticos e agentes policiais operam nas dobras do legal-ilegal pelas vias das "ligações perigosas" (Misse, 2006) entre os mercados informais e os mercados políticos que parasitam os primeiros e condicionam grandemente o modo como estes se organizam e se distribuem nos espaços urbanos.

Na formulação precisa de Misse, "são formas de conversão da ilegalidade em mercadoria negociável", e é isso propriamente que define o mercado político, ilegal, "que oferece, privadamente, bens e serviços monopolizados pela soberania do Estado moderno" (Misse, 2009:101). Mas, então, vale se deter no modus operandi dessas práticas. São agentes que fazem uso das prerrogativas legais, a autoridade que o Estado lhes confere, para acionar dispositivos extralegais que oscilam entre a transgressão consentida, os acordos negociados e as práticas de extorsão. No coração da economia urbana de nossas cidades, são práticas e dispositivos políticos que terminam por engendrar uma ampla e hoje expansiva zona cinzenta que torna incertas, quando não indiferenciadas, as diferenças entre o legal e o extralegal, entre o dentro e o fora da lei, também entre a ordem e seu avesso quando as práticas de extorsão ultrapassam os limites de aceitabilidade pelos atores envolvidos e se desdobram em disputas ferozes, conflitos abertos e, muito frequentemente, histórias de morte. Mas é justamente nesses terrenos incertos que se estrutura um campo de forças que coloca em cena uma meada intrincada de atores (ambulantes, lojistas, associações de classe, operadores políticos, fiscais, gestores urbanos, agentes policiais) em uma disputa sempre reaberta entre negociações e conflitos acirrados, pelas vias de procedimentos públicos ou por condutos obscuros e nebulosos, em torno da gestão desses espaços e a distribuição de seus territórios. No centro das disputas, os jogos de força inscritos nos acordos negociados, nos mercados de proteção e práticas de extorsão. Quer dizer: uma disputa em torno dos modos de apropriação dessa riqueza circulante. E também em torno dos protocolos dos mercados de proteção e os limites do tolerável nas práticas de extorsão (cf. Freire, 2009).

Quanto aos mercados de bens ilícitos, os jogos de poder acompanham a distribuição dos pontos de venda de drogas nos bairros periféricos da cidade. O pagamento regular da proteção policial faz parte das rotinas do negócio local. São práticas corriqueiras, com seus procedimentos, seus tempos, seus lugares, seus protocolos. Equilíbrios instáveis que muito frequentemente desandam em práticas de extorsão acompanhadas por chantagem, ameaça de prisão, violência física. Isso faz parte das rotinas não apenas no negócio local: isso compõe a vida de um bairro de periferia, faz parte dos cenários locais, alimenta histórias que circulam no repertório popular, está enfim incrustado na ordem das coisas, nas formas de vida. Mas isso não quer dizer que tudo isso seja banal ou que esteja banalizado: uma peculiar experiência com a lei que termina por embaralhar e inverter os sentidos da ordem e de seu avesso ou, então, para usar os termos correntes no universo popular, o "lado certo" e o "lado errado" nas coisas da vida.

A hora da violência

Quando os mercados de proteção são desestabilizados, por razões as mais diversas, essas práticas assumem formas as mais violentas. O epicentro é o ponto de droga, mas a zona de arbítrio se expande e afeta todo o entorno. A cena é conhecida: com o pretexto de "caça aos bandidos", sucedem-se batidas policiais, invasão de domicílio,

chantagem, extorsão, expropriação, mortes e extermínios. "Invasão de território", como se diz, muito frequentemente desencadeada por rearranjos internos às equipes policiais que dividem entre si (e disputam) essa preciosa fonte de renda e poder. Aqui, neste registro, não se trata propriamente de fronteiras incertas entre a lei e o extralegal, o dentro e o fora da lei, mas da suspensão dessas fronteiras na própria medida em que fica anulada a diferença entre a lei e a transgressão da lei. A lei é como que desativada. E isso significa dizer que é a própria diferença entre a lei e o crime que se embaralha e, no limite, é ela própria anulada. É isso que permite acionar uma espécie de autorização para matar, sem que isso seja considerado crime. É o que está posto e exposto nessa expressão que acompanha os registros policiais – "resistência seguida de morte": uma categoria que não tem existência legal, mas é aceita no processamento judicial, que opera como uma espécie de autorização para matar, avalizada pelas próprias instâncias estatais, também judiciais, invertendo tudo e suspendendo todas as diferenças, de tal modo que toda e qualquer execução vira outra coisa, o crime é atribuído à vítima em supostas "guerras de quadrilha", "troca de tiros", "resistência à prisão". Aqui, se está no cerne do que Agamben (2007) define como "estado de exceção", fazendo estender uma zona de indeterminação entre a lei e a não lei, terrenos de fronteiras incertas nos quais todos e cada um se transformam em vida matável.

É possível acompanhar, descrever, fazer a etnografia das modalidades de operação prática das forças da ordem nesses lugares, acompanhando seus modos de atuação, seus movimentos, seus tempos, seus procedimentos (Das e Poole, 2004). Nessas pontas em que a presença do Estado afeta as vidas e as formas de vida, circunscreve-se um campo de práticas no qual os sujeitos fazem (e elaboram) a experiência da lei, da autoridade, da ordem e seu inverso, em interação com outros modos de regulação ancorados nas condições. Os indivíduos também transitam entre o dentro e o fora do Estado, maquinam artifícios nas fronteiras incertas entre o legal e o ilegal, agenciam contracondutas, negociam regras, limites, protocolos em função das condições concretas de vida, em seus imperativos de sobrevivência, necessidades de segurança, sentidos de ordem e justiça (Das e Poole, 2004). É a lógica de uma razão prática para lidar com as circunstâncias moveáveis nas fronteiras do legal-legal, ao mesmo tempo que, a cada situação, os indivíduos negociam os critérios do "certo" e do "errado" – "é preciso andar pelo certo" é a expressão que se ouve nesses lugares –, mas também os parâmetros do aceitável e os limites do tolerável (cf. Hirata, 2010).

Disputando a gestão da ordem

Mas, então, isso significa dizer que esses espaços de exceção não são espaços vazios: é justamente aí que as fronteiras do Estado estão em disputa, os sentidos da lei, de justiça, de ordem e seu inverso. No limite, é a própria gestão da ordem que parece estar em disputa, nos pontos de junção (e fricção) com a lei (e seus modos de operação) e outros modos de regulação ancorados nas formas de vida. Aqui, trata-se de uma gestão da ordem que se desdobra em uma negociação dos limiares da vida e da morte: é disso que se trata nesses lugares pontuados pela experiência da morte violenta (e sua ameaça), a violência policial e a violência implicada nos (des)acertos dos "negócios do crime", cujos nexos e ressonâncias mútuas precisam ser levados em conta para entender o que ocorre nesses lugares. Ao longo dos anos 1980, mais ainda na década de 1990, esses bairros foram assombrados por índices altíssimos de mortes violentas, uma mistura intrincada de disputas entre gangues rivais, violência policial e práticas de extermínio. É nesse plano que se podem decifrar as capilaridades urbanas do PCC e os mecanismos postos em prática para estancar a lógica da vingança que vigorava nessas disputas e para regular o uso da violência: nessa gestão da ordem (em disputa) se têm pistas para entender a notável queda dos homicídios, desde o início dos anos 2000, na cidade de São Paulo (cf. Telles e Hirata, 2010). É isso que parece estar em jogo nas microrregulações que se estruturam em torno das miríades de pontos de venda de drogas ilícitas na cidade de São Paulo (Hirata, 2010).

Porém, desse modo, vale perscrutar a lógica de verdade contida em um dito popular: "ou o acordo ou a morte, não a prisão"; é assim na periferia. No jogo oscilante entre tolerâncias, acertos (ou morte) e prisão, definem-se as dimensões territorializadas de uma gestão diferencial dos ilegalismos, para usar um termo cunhado por Foucault: o dispositivo penal (quer dizer, legal) recai, sobretudo, sobre uma criminalidade urbana difusa, avulsa, mas concentrada em regiões não periféricas da cidade. É sobretudo essa pequena criminalidade que vem alimentando e abarrotando os dispositivos carcerários, resultado do endurecimento penal dos últimos anos. E é dessa criminalidade difusa que se alimentam os medos urbanos e o sentimento de insegurança, acionando a demanda por mais punição e principalmente conferindo razão e aceitabilidade à multiplicação generalizada dos enclaves fechados e dos dispositivos privados de segurança e policiamento. Aqui neste registro, formas privatizadas de gestão da ordem local, outras tantas modalidades de apropriação privada das prerrogativas da soberania do Estado: agentes privados decidem pelas normas e códigos internos, dispositivos muitas vezes de legalidade duvidosa, que garantem ou prometem garantir proteção e segurança. É nessa lógica que espaços urbanos vêm sendo produzidos, engendrando, como dizem Alsayyad e Roy (2009), um "urbanismo de estilhaços" feito de "redes de segregação espacial mantidas por meio de infraestruturas especiais", desenhando os cenários de uma cidade atravessada por uma meada de "jurisdições de associações privadas sobrepostas, heterogêneas, não uniformes e crescentemente privadas", mas todas elas

carregando o selo dos dispositivos de exceção: soberanias múltiplas, dizem as autoras, que disputam com o Estado, poderíamos acrescentar, ou com ele transacionam também pelas vias dos mercados políticos, as prerrogativas de definir as normas em nome da gestão dos riscos e administração das urgências (e quem define o que são os riscos e as urgências?) tal como aparecem ou são assim objetivados em contextos particularizados.

VERA DA SILVA TELLES é professora do Departamento de Sociologia da USP e pesquisadora do Cenedic. Publicou, junto com Robert Cabanes, *Nas tramas da cidade: mobilidades urbanas e seus territórios* (São Paulo, Humanitas, 2006). Ilustração: Daniel Kondo Disponível em <http://diplomatique.uol.com.br/>.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. *O poder soberano e a vida nua*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

ALSAYYAD, Nezar; ROY Ananya. "Modernidade medieval e urbanismo na era global", *Novos Estudos*, n.85, 2009.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fé, School of American Research Press, 2004.

FREIRE, Carlos. Relatório de pesquisa – Dinâmicas urbanas e mercado informal: das calçadas às lojas de galeria, Projeto de pesquisa, PPGS-USP, 2009.

HIRATA, Daniel. *Sobreviver na adversidade: Entre o mercado e a vida*. Tese de doutorado, FFLCHUSP, 2010.

MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana*, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006.

MISSE, Michel. "Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil causam incômodos também teóricos", *Anuário Antropológico*, 2009-2, 2010, p.89-107.

TELLES, Vera S.; HIRATA, Daniel. "Ilegalismos e jogos de poder". *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v.22, n.2, p.38-58. Disponível em: www.scielo.br

"A Árvore da Vida" e "Melancolia" (CONTARDO CALLIGARIS)

NO SÁBADO PASSADO, assisti a dois filmes: "A Árvore da Vida", de Terrence Malick, e "Melancolia", de Lars von Trier. Assistindo ao filme de Malick, pensei no meu professor de literatura no ginásio (acho que se chamava Massariello). Ele nos apresentou à poesia de Giacomo Leopardi, que líamos com gosto, e logo administrou uma ducha fria: "Leopardi era bom poeta, mas não um grande". "Por quê?", perguntamos.

Ele explicou: "Leopardi, em sua breve existência, cantou a juventude que passa rápido demais, a morte que se aproxima, a natureza que não é uma mãe amorosa, o infinito no qual descobrimos nossa insignificância, a vida que não responde às promessas que ela nos fez quando éramos crianças. Vocês gostam de seus poemas porque essas são as questões preferidas pelos adolescentes e por todos os que não conseguem enxergar e amar a vida concreta".

A vida concreta, para ele, era o mundo -desde "as mulheres, os cavalheiros, as armas, os amores" até o pipoqueiro na esquina. Também segundo ele, para justificar a existência desse mundo concreto (grandioso ou trivial, feio ou bonito), bastava a revelação de seu charme, de sua "poesia". Pois bem, Malick (ou seu narrador) é assombrado pelas lembranças (que ele apresenta admiravelmente) da brutalidade de seu pai, da morte de seu irmão etc. Problema: como não perder de vista Deus e o sentido do mundo diante das inexplicáveis injustiças divinas?

Solução: tente contar sua história começando pelo Bing Bang e passe pelas águas-vivas, pelos dinossauros, pelo meteorito que os extinguiu, até chegar a você. Depois de uma hora de erupções vulcânicas e frêmitos de células no estilo "National Geographic" (com uma trilha sonora na qual Justine, a protagonista de "Melancolia", diria que só falta a nona de Beethoven), tudo fará sentido: a morte dos que você ama, o mal que Deus permite e o que você cometeu parecerão participar do milagre que são a existência do universo, a árvore da vida e o plano divino. Aleluia!

Problema: no fim, o mundo concreto terá sido justificado por uma transcendência (a mão de Deus no grande esquema das coisas). Isso é ótimo para um ensaio ou para uma pregação. Para a arte e a poesia, melhor esperar o fim da adolescência e repassar, diria o professor Massariello. Eu tinha o receio de que "Melancolia", de Lars von Trier, fosse uma espécie de inverso simétrico do filme de Malick: uma meditação sobre a gratuidade da nossa existência, que talvez Massariello achasse tão adolescente quanto "A Árvore da Vida". Mas não foi nada disso. Parêntese: vários comentaristas declaram que se trata de um filme sobre o mal de hoje, a depressão, só que esta não é a doença do nosso tempo, e sim, sobretudo, uma doença que nosso tempo gosta de diagnosticar porque acha que encontrou a pílula certa para curá-la.

Continuando, o mal do qual sofre Justine consiste em perder interesse pela vida concreta, a ponto de não tolerar o que lhe parece ser a farsa de sua própria festa de casamento. Em geral, esse cinismo céptico é fruto de 1) uma consciência moral terrível, pela qual toda experiência concreta, sobretudo se for prazerosa, deve ser culpada ou 2) uma extrema insegurança compensada por uma exaltação narcisista; assim: sou o único a "perceber" que tudo é falso -com isso, sou superior aos outros, ninguém me engana. Essa posição é frequente na adolescência; pense no jovem que, no baile, desesperado por não conseguir se integrar, fica sentado denunciando mentalmente a impostura e os simulacros na valsa dos que dançam.

Nota. A mãe de Justine é clinicamente perfeita. Passando pelo crivo de seu sarcasmo, tudo é apenas hipocrisia: não sobra um mundo no qual a gente possa querer encontrar um lugar. No "Nascimento da Tragédia", Nietzsche conta que Sileno, companheiro de Dionísio, tendo que responder à pergunta "O que é melhor para o homem?", disse: "O melhor de tudo é inteiramente inatingível: não ter nascido, não ser, nada ser".

Nietzsche simpatizava com Sileno e não recorria a transcendências (divinas ou não) para justificar o mundo. Sua solução era que a vida se justificasse pela arte ou, como dizia Massariello, pelo charme que a poesia lhe confere. Bom, Von Trier conseguiu dar sentido (e charme) ao fundo do poço. Não perca.

ccalligari@uol.com.br – Folha de São Paulo, agosto de 2011.

Do Código Florestal à água da torneira (SUZANA M. PADUA, CLAUDIO PADUA, EDUARDO DITT e THOMAZ ALMEIDA)

PARA MUITA GENTE pode ser difícil perceber que as perdas de florestas decorrentes da mudança no Código Florestal vão afetar nosso bem-estar. Estamos falando de perdas fundamentais, como a água.

Desmatamento em nascentes, cursos d'água e reservatórios afetarão a disponibilidade da água, e a tendência é que isso aconteça exponencialmente se o código sofrer as mudanças em discussão. Vamos usar um exemplo que conhecemos amiúde. O reservatório do rio Atibainha, localizado em Nazaré Paulista, São Paulo, é uma das represas que compõem o sistema Cantareira. Construído entre as décadas de 1960 e 1970, o sistema visava atender à demanda crescente por água decorrente do aumento da população da Grande São Paulo. Hoje, o sistema fornece mais de 50% da água de São Paulo, 95% da água de Campinas e quase a totalidade das cidades da região, com mais de 9 milhões de habitantes-consumidores.

Aproximadamente 50% das terras no entorno do Atibainha são ocupadas por remanescentes de mata atlântica. Uma proporção extraordinária. É essa riqueza ambiental que torna a região uma verdadeira produtora de águas. As matas garantem a proteção das nascentes dos rios, a qualidade dos cursos d'água e sua produção, e o reservatório funciona como uma grande caixa d'água.

O desmatamento, se permitido legalmente pelas mudanças propostas no Código Florestal, causará um efeito direto que pode ameaçar a quantidade e a qualidade de água disponível em um dos maiores conglomerados humanos do país. Estudos do IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas) quantificam o efeito dos usos do solo.

Uma área de 7.000 hectares ao redor do reservatório tem sedimentação quase inexistente se ocupada por floresta nativa. Se substituída por pastagem, nosso cálculo é que seja como um carregamento de 1.470 toneladas de sedimentos entrando na represa por ano - equivalente a 270 caminhões de terra -, o que o encherá até não haver espaço para a água, comprometendo sua disponibilidade para consumo.

Desde que o reservatório Atibainha foi construído, as pressões têm aumentado, como em outras regiões do país. É um exemplo de local com riqueza natural e desafios sociais, o que pode dar a impressão de que para ter progresso é preciso destruir a natureza. Mas o mundo mudou, e os valores precisam ser atualizados para que haja chance de um futuro de bem-estar para todos. A natureza não deveria mais ser computada como um "presente", sem valor nas equações econômicas.

O IPÊ há mais de 15 anos vem tornando a região um laboratório de pesquisa e ação, desenvolvendo metodologias de reflorestamento e restauração da paisagem. Melhorias sociais, no entanto, podem levar mais tempo. Se o Código Florestal for alterado, os desmatamentos serão permitidos por lei e trarão impactos que incluem a água produzida na região do Atibainha, que sai nas torneiras de milhares de pessoas.

SUZANA M. PADUA, 60, doutora em educação ambiental pela UnB, é presidente do IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas) e vencedora do Prêmio Empreendedor Social 2009. **CLAUDIO B. V. PADUA**, 62, doutor em ecologia pela Universidade da Flórida (EUA), é reitor da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (Escas) e vencedor do Prêmio Empreendedor Social 2009. **EDUARDO H. DITT**, 40, doutor em ciência ambiental pelo Imperial College London, é diretor da empresa Arvorar Soluções Florestais. **THOMAZ ALMEIDA**, 27, biólogo, é pesquisador do IPÊ e mestrando na Escas. **Folha de São Paulo, agosto de 2011.**

Natureza e graça (LUIZ FELIPE PONDÉ)

A VIDA é feita de escolhas. Uma das escolhas mais sérias na vida é o modo como vivemos a vida, se como graça ou como natureza. Essa questão é uma alternativa clássica na filosofia cristã, mais especificamente de Santo de Agostinho, morto no ano 430 d.C. Duas de suas obras, "Natureza e Graça" e "Confissões", são essenciais para entendermos este problema.

O novo filme do misterioso cineasta americano Terrence Malick (que despreza o glamour da indústria do cinema e das festas da mídia) se abre com esta questão. "Árvore da Vida" foi o vencedor da palma de ouro de Cannes deste ano. Malick é um cineasta que faz da espiritualidade a matéria-prima de seu cinema, como, por exemplo, o russo Tarkovski fazia.

Já em "Além da Linha Vermelha", de 1998, com a espiritualidade na guerra, e "O Novo Mundo", de 2005, com a espiritualidade do encontro com o "outro", Malick faz da voz em "off" de seus personagens um apelo desesperado da

Prof. Lucas Rocha

espécie humana em busca do sentido de nossa aventura na Terra. Em Malick, cada agonia do indivíduo (cada "voz") é arquetípica do humano. Por favor, não entenda "espiritualidade" aqui como essas bobagens de sofás que você muda de lugar para melhorar a energia da sua casa ou uma palavra para você falar de suas manias com cristais ou expectativas reencarnacionistas.

"Espiritualidade" aqui significa a indagação essencial se a vida é fruto de uma força cega ou fruto de uma intenção bela, confrontada cotidianamente com o sofrimento inquestionável da vida. Segundo a personagem feminina principal, a mãe dos três filhos (um deles, quando adulto, será Sean Penn) e esposa de Brad Pitt no filme, interpretada pela belíssima ruiva Jessica Chastain, há duas formas de viver: "The way of grace or the way of nature" (segundo a graça ou segundo a natureza). Podemos também traduzir "way" aqui por caminho, modo, forma ou maneira. Esta é a chave para o entendimento mais profundo deste filme. Sem ela, você poderá ficar rodando em círculos ao redor do encontro, no enredo, entre a origem do universo e da vida na Terra (narrada em maravilhosas imagens cósmicas e paleontológicas) e a história da família que tem essa "mística" como mãe e que nos primeiros minutos recebe a notícia da morte de um de seus filhos na guerra do Vietnã (o "filho mais doce e generoso" dos três).

Eu, que sou uma pessoa essencialmente atormentada pela melancolia (como dizia semana passada ao comentar outra recente pérola do cinema, o filme "Melancolia" de Lars von Trier), considero esse conceito de "graça" do cristianismo uma das maiores criações da filosofia ocidental, além do conceito de Deus, claro. A graça sempre me encanta e, no cristianismo, ela é o "modo" de Deus criar as coisas.

Toda vez que o mundo (e nós nele) surpreende, saindo de sua constante miséria interesseira, vaidosa, traiçoeira, monotonamente previsível, eu sinto o cheiro da graça. Tivesse eu que definir o modo como vivo, diria, entre a melancolia e a graça. Para mim, não há nada entre elas, só abismo. Peço aos inteligentinhos que me poupem o blá-blá-blá do jardim da infância sobre as críticas ao cristianismo ou ao conceito de Deus. Proponho que hoje vão brincar no parque. A graça é generosa, não pensa em si mesma, pode ser humilhada, ignorada, desprezada, mas ainda assim ela dá vida. A natureza só pensa em si mesma, submete todos a ela, é escrava de sua fisiologia, ao fim, vira pedra. É mais ou menos assim que a mãe "mística" define a diferença entre viver segundo a graça ou segundo a natureza. Se a vida é fruto da graça, ela é dádiva de beleza e de bondade, se ela é apenas natureza, ela é cega e sem sentido.

O adulto Sean Penn será o herdeiro agoniado desta questão: a vida é graça ou mera natureza? "Devo ser competitivo", como o pai o ensinou a ser (a natureza), ou "generoso", como a mãe lhe dizia (a graça)? A morte prematura do irmão será intransponível? Como amar a vida diante da morte? Seria ela a derrota da graça? A vitória da natureza cega? Cada morte é como se fosse a primeira morte no mundo.

ponde.folha@uol.com.br - Folha de São Paulo, agosto de 2011.

Aulas de Amy (RICARDO SEMLER)

"**REZEI UM TERÇO** para achar um meio para te levar para um quarto." Essa frase, de para-choques de caminhão, demonstra como frações matemáticas podem ser vistas por outro ângulo. O mesmo vale para o currículo das escolas. Desenhei um curso de forma que se pudesse entender como jogar fora o currículo que se usa hoje: o projeto "Aulas de Amy".

A ideia é fazer alunos (digamos, do ensino médio) darem conta de todos os parâmetros curriculares de uma forma moderna. O curso Amy duraria um bimestre e seria formado por 16 aulas. Para várias delas, seriam convidados, de fora da escola, mestres em algum ofício. Seja um músico, um cabeleireiro ou um médico.

A primeira aula seria como o "CSI" - o seriado da TV. Seria feito com os alunos um roteiro que mostrasse como se trata um cadáver antes da autópsia. Que cuidados precisam ser tomados no local, o que é rigor mortis e como se estima a hora da morte. O aluno aprenderia o que é o formol e por que a impressão digital é singular. Haveria muita química nesse módulo.

Aula dois: "No, No, No". Ouvindo "Rehab", todos batem palmas juntos até descobrirem o que é um compasso de 4/4 ou 12/8. Olham notas musicais e entendem por que nenhum músico é bom se não for matemático. Percebem que colcheias e semínimas são frações ideais. Investigam por que a música-padrão tem três minutos, como se calculam direitos autorais, a função do suborno na rádio e os efeitos da pirataria. Fazem-se cálculos de quanto ganha um astro. Muita matemática, enfim.

Aula três: "Tóxico". Que componentes estão na cocaína, o que ocorre na ressaca, por que a maconha é proibida, como a cirrose altera o fígado, quanto ganha uma mula de drogas e se é vital corromper a polícia para conseguir distribuir drogas. Um monte de biologia, um pouco de matemática, um quê de civismo. Assim vai - acho que ficou evidente. Hoje, o conteúdo é esquizofrênico: de uma aula de história medieval passa-se a uma de trigonometria 2, seguida de uma sobre a tabela periódica e depois a divisão da ameba. E acha-se que alguém no mundo é capaz de juntar isso tudo.

Não é por acaso que o índice de retenção de conteúdo é de 6,7%, tornando o currículo que usamos uma das ferramentas mais burras da humanidade. A Amy, sozinha, ainda permite falar de penteados na história, entender por

que certas religiões não aceitam a cremação ou se o blues é reino de músicos negros. Cabe rever as letras e cotejá-las com literatura de cordel, poesia concreta e hip-hop. Não tem limites, enfim.

Deve haver um meio de mandarmos o currículo atual, do tempo do "nonno", para o cesto da história, para os quintos dos infernos!

RICARDO SEMLER, 52, é empresário. Foi scholar da Harvard Law School e professor de MBA no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts). Escreveu dois livros ("Virando a Própria Mesa" e "Você Está Louco") que venderam juntos 2 milhões de cópias em 34 línguas. **Folha de São Paulo, agosto de 2011.**

O caos da ordem (BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS)

OS MOTINS na Inglaterra são um perturbador sinal dos tempos. Está a ser gerado nas sociedades um combustível altamente inflamável que flui nos subterrâneos da vida coletiva sem que se dê conta.

Esse combustível é constituído pela mistura de quatro componentes: a promoção conjunta da desigualdade social e do individualismo, a mercantilização da vida individual e coletiva, a prática do racismo em nome da tolerância, o sequestro da democracia por elites privilegiadas e a conseqüente transformação da política em administração do roubo "legal" dos cidadãos. Cada um dos componentes tem uma contradição interna.

Quando elas se sobrepõem, qualquer incidente pode provocar uma explosão de proporções inimagináveis. Com o neoliberalismo, o aumento da desigualdade social deixou de ser um problema para passar a ser a solução.

A ostentação dos ricos transformou-se em prova do êxito de um modelo social que só deixa na miséria a maioria dos cidadãos porque estes supostamente não se esforçam o suficiente para terem êxito.

Isso só foi possível com a conversão do individualismo em valor absoluto, o qual, contraditoriamente, só pode ser vivido como utopia da igualdade, da possibilidade de todos dispensarem por igual a solidariedade social, quer como agentes dela, quer como seus beneficiários. Para o indivíduo assim construído, a desigualdade só é um problema quando lhe é adversa; quando isso sucede, nunca é reconhecida como merecida. Por outro lado, na sociedade de consumo, os objetos de consumo deixam de satisfazer necessidades para as criar incessantemente, e o investimento pessoal neles é tão intenso quando se têm como quando não se têm.

Entre acreditar que o dinheiro medeia tudo e acreditar que tudo pode ser feito para obtê-lo vai um passo muito curto. Os poderosos dão esse passo todos os dias sem que nada lhes aconteça. Os despossuídos, que pensam que podem fazer o mesmo, acabam nas prisões. Os distúrbios na Inglaterra começaram com uma dimensão racial. São afloramentos da sociabilidade colonial que continua a dominar as nossas sociedades, muito tempo depois de terminar o colonialismo político. Um jovem negro das nossas cidades vive cotidianamente uma suspeição social que existe independentemente do que ele ou ela seja ou faça.

Tal suspeição é tanto mais virulenta quando ocorre numa sociedade distraída pelas políticas oficiais da luta contra a discriminação e pela fachada do multiculturalismo. O que há de comum entre os distúrbios da Inglaterra e a destruição do bem-estar dos cidadãos provocada pelas políticas de austeridade comandadas por mercados financeiros? São sinais dos limites extremos da ordem democrática.

Os jovens amotinados são criminosos, mas não estamos perante uma "criminalidade pura e simples", como afirmou o primeiro-ministro David Cameron. Estamos perante uma denúncia política violenta de um modelo social e político que tem recursos para resgatar bancos e não os tem para resgatar a juventude de uma vida sem esperança, do pesadelo de uma educação cada vez mais cara e mais irrelevante, dados o aumento do desemprego e o completo abandono em comunidades que as políticas públicas antissociais transformaram em campos de treino da raiva, da anomia e da revolta.

Entre o poder neoliberal instalado e os amotinados urbanos há uma simetria assustadora. A indiferença social, a arrogância, a distribuição injusta dos sacrifícios estão a semear o caos, a violência e o medo, e os semeadores dirão amanhã, genuinamente ofendidos, que o que semearam nada tem a ver com o caos, a violência e o medo instalados nas ruas das nossas cidades.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, sociólogo português, é diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal). É autor, entre outros livros, de "Para uma Revolução Democrática da Justiça" (Cortez, 2007). **Folha de São Paulo, agosto de 2011.**

Mudanças no cotidiano (ANNA VERONICA MAUTNER)

QUALQUER LEI ou decreto invade o universo da vida diária de muita gente. E não é apenas a legislação que interfere no ritual do nosso cotidiano: os aparelhos eletroeletrônicos também modificaram rapidamente o nosso jeito de viver. Há muito pouco tempo, quando você chegava em casa, era só você pegar e abrir a sua correspondência.

Eventualmente, checava se alguém havia passado lá procurando por você ou telefonado - e pronto! Aí, a tecnologia foi trazendo mudanças para dentro de casa. Foram entrando a secretária eletrônica, o computador com seus e-mails etc. Hoje, todos esses aparelhos precisam ser consultados imediatamente, antes mesmo que você chegue

ao quarto ou à sala, praticamente ainda com a bolsa na mão.

São invasões simples, que vieram até para facilitar a vida. Do celular é melhor nem falar, é parte do nosso corpo, vai aonde vamos. O dia, com todos esses eletroeletrônicos, ficou bem mais curto porque estamos sempre atendendo alguém, lendo, respondendo, limpando, apagando. São minutos mais minutos tomados por uma comunicação ininterrupta, cuja função, na maior parte das vezes, é apenas a de reassegurar que "estamos". Numa democracia, supõe-se livre o direito de desejar, querer e se esforçar para obter o objeto de desejo.

Todo mundo deveria ter direito a um carro. E tantos são os que o conseguem que o chão carroçável da cidade não dá mais conta. Aí, inventa-se o rodízio. Um dia por semana, todos que têm carro perdem o direito de usar suas rodas, afinal, o prolongamento de suas pernas. Quem tem carro, tem duas pernas e quatro rodas - e tem pernas amputadas um dia por semana. E eis que um novo tópico entra nas conversas, e o novo impedimento obriga a vida a se reorganizar. O rodízio institui uma rotatividade, dependendo do número da placa.

No dia do meu rodízio, eu não marco médico, dentista, certas aulas. Suspendo tudo o que não é obrigatório, que pode ser feito em outro dia. Existe um dia, que não é nem o sábado dos judeus, nem o domingo dos cristãos, que é o meu dia, diferente de todos os outros dias. Parece bem democrático, afinal, aparentemente, o rodízio atinge a todos. Só que nem todos são tão iguais. Aqueles que podem se dar ao luxo de ter um carro a mais foram comprando um carro para o rodízio, com o final de placa que não coincide com os outros da família.

ANNA VERONICA MAUTNER, psicanalista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, é autora de "Cotidiano nas Entrelinhas" (ed. Ágora) e "Educação ou o quê?" (Summus). amautner@uol.com.br – **Folha de São Paulo de 2011.**

Criança não sabe brincar (ROSELY SAYÃO)

O QUE É MAIS IMPORTANTE para as crianças: o ato de brincar ou o brinquedo em si? Num mundo que privilegia o consumo, a resposta imediata poderia ser a de que elas querem brincar, mas, para isso, dependem dos brinquedos. Pode ser verdade: a todo momento elas pedem brinquedos. Têm montes deles e, mesmo assim, querem mais, mais, sempre mais. E nós, de bom grado, sempre que possível oferecemos a elas esses mimos. Ah! Como é gostoso ver a cara de felicidade do filho, sobrinho ou neto quando ganha aquele brinquedo que tanto queria. Brinquedo esse, aliás, que de forma direta e indireta se insinua na vida dos pequenos de todos os modos.

Ora porque, por ser a sensação do momento, todo mundo tem e fala sobre ele, ora porque foi visto na vitrine de um shopping e a criança passa a imaginar que a vida sem aquilo não tem a menor graça. Mas vamos observar uma criança que já tem muitos brinquedos no momento em que ganha mais um, justamente o desejado do momento. Assim que abre o pacote, é só alegria. Quanto dura a experimentação do brinquedo, a descoberta do que ele pode oferecer, o foco só nele?

Quem já se deu ao trabalho de observar, sabe: o intervalo de tempo entre ganhar o brinquedo e abandoná-lo para fazer outra coisa é pequeno. Muito pequeno. Nada proporcional ao tamanho do desejo de possuí-lo manifestado antes. Alguém discorda? Considerando isso, voltemos à pergunta inaugural de nossa conversa de hoje. Talvez a resposta agora possa ser outra, bem diferente: a criança dá valor mais ao brinquedo do que à brincadeira porque não sabe brincar. Criança não sabe brincar?!?

Veja o que me contaram duas mães cujos filhos têm quatro e seis anos. O primeiro, um menino, foi transferido de uma escola de educação infantil em que o aluno só brincava na hora do recreio (à semelhança do ensino fundamental) para uma em que o aluno brinca o tempo todo. Os recursos usados nessa escola para o brincar são diversos, inclusive a sucata doméstica, que os pais levam para a escola toda a semana.

Dois meses depois de o garoto ser transferido, um drama passou a ocorrer: ele tem crises de choro sempre que a mãe leva sucata para a escola. Ele quer ficar com o lixo, a mãe não entende o porquê. A resposta é simples: ele aprendeu a brincar com esse material. Agora, valoriza mais o brincar do que os brinquedos.

A história da outra mãe é semelhante: matriculou a filha de seis anos em um ateliê que coloca as crianças para trabalhar com sucata de todos os tipos. Resultado: agora, em casa, a menina ignora os brinquedos e recolhe a sucata da família para brincar. Aí está: as crianças do século 21 valorizam mais o brinquedo do que a brincadeira por dois motivos principais. Conhecemos o primeiro deles, mas nem sempre damos a devida importância: as crianças de hoje são as crianças do consumo. Elas consomem os brinquedos, apenas isso.

O segundo motivo também não costumamos valorizar: o fato de a criança não saber brincar por não ter oportunidade para isso. Roubamos das crianças sua infância e, sem infância, como brincar? Elas costumam ter o tempo todo tomado por compromissos, programas de lazer, são pressionadas o tempo todo pelos pais.

Vamos reconhecer: sem tempo livre para nada fazer e com o direcionamento direto de adultos, as crianças nunca aprenderão a brincar. É essa a vida que desejamos para elas?

ROSELY SAYÃO é psicóloga e autora de "Como Educar Meu Filho?" (Publifolha). **Folha de São Paulo, agosto de 2011.**

Moral? Que moral? (MARCELO COELHO)

NADA MELHOR do que um primeiro-ministro conservador, como David Cameron, para reagir rapidamente à onda de saques, de incêndios e de desordem que tomou conta da Inglaterra nos últimos tempos. Ele poderá falar, não sem razão, da necessidade de lei e ordem. Apontará os sintomas de um "colapso moral" na sociedade. Atingirá, como provavelmente ninguém da esquerda pode fazer, o coração das pessoas de bem, que lutam para subir na vida e não aceitam a delinquência bárbara (e é bárbara mesmo) das gangues da periferia.

Dito isto, gostaria de prosseguir um pouco na reflexão. Não me convencem as lições de moral proferidas por governantes. David Cameron acabou de sair arranhado pelo escândalo dos tabloides britânicos. Tinha nomeado como seu secretário de imprensa Andy Coulson, posteriormente preso porque, como editor do "News of the World", foi responsável pelas escutas ilegais daquele jornal à procura de escândalos.

Os parlamentares britânicos estiveram recentemente envolvidos numa farra de gastos sem autorização, capaz de rivalizar com os trambiques de Brasília. Não é preciso lembrar o papel vergonhoso de Tony Blair na Guerra do Iraque. Deixou de considerar importante a questão de Saddam Hussein possuir as armas de destruição de massa, que ele achava importantíssima. Achava importantíssima antes de não ter sido encontrada nenhuma arma de destruição de massa. Onde estariam, portanto, as raízes do "colapso moral" apontado por David Cameron? Seria fácil dizer que "as elites" são mais imorais do que "as massas". Gostaria de observar que o problema não é de moralidade ou imoralidade. Veja o que disse a maioria dos comentaristas a respeito dos saques na Inglaterra.

Numa sociedade desenvolvida, os saques foram chocantes. Não se tratava de pegar leite ou batatas num supermercado. Os desordeiros queriam DVDs, iPads, Blackberrys ou não sei mais o quê. Teoricamente, isso seria um sinal de "imoralidade". Saques motivados pela fome? Podemos entender. Saques motivados pelo luxo, eis algo inadmissível. Será? Toda a estrutura de nossa sociedade afirma que sem um tênis Nike, um iPad ou uma camiseta de grife você não é nada. Esses badulaques se tornaram, assim, artigos de primeira necessidade. O saqueador alcança, rapidamente e sem punição à vista, o passaporte que o levará a conquistar as mulheres mais bonitas e o respeito dos seus pares. É mais do que simplesmente alimentar-se e sobreviver. Trata-se de existir.

Ao mesmo tempo, o saque é ambíguo. Representa, em doses iguais, revolta e adesão. Destruo aquilo que eu desejo. Arrebento a vitrine que me separa do paraíso, mas também escolho, definitivamente, o caminho da danação. Na violência dessas desordens, vejo ao mesmo tempo denúncia e cumplicidade. Sabemos perfeitamente que uma grife não significa coisa nenhuma. Sabemos que todo o consumo contemporâneo está montado numa mentira. A mentira da propaganda se duplica em outras mentiras, em incontáveis mentiras. Uma agência de risco mente quando eleva ou rebaixa o risco de um país. Um país mente quando imprime moedas ou títulos da dívida que, promete, vai pagar. O consumidor mente quando usa um cartão de crédito cujas mensalidades não sabe bem como ficarão. Na própria palavra (cartão de crédito), pode-se ler "acreditar".

O consumidor acredita, por sua vez, que é escolha sua um produto cientificamente elaborado para suscitar os seus desejos. Você sabia que até o cheiro de carro novo é produzido por um "spray"? É o que leio num livro recente de Martin Lindstrom, guru dinamarquês do marketing e do "branding". Chama-se "A Lógica do Consumo" (editora Nova Fronteira). Eles estão usando técnicas da neurociência para chegar mais perto da mentalidade dos consumidores. Adeus, pesquisas de opinião. Os técnicos da propaganda e do marketing medem diretamente a sua atividade cerebral. E, mesmo que aparentemente você não goste de um produto ou de um programa de TV, eles identificam o prazer que produziram no seu cerebelo.

Cheiros, sons e cores ajudam a atrair você a entrar numa butique. Mesmo proibindo propaganda de cigarro, os consumidores de Marlboro aumentam quando se usa cientificamente a cor vermelha. Vá falar em moral e disciplina numa sociedade dessas.

coelho@uol.com.br - Folha de São Paulo, agosto de 2011.

Lucas Rocha